



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
(Processo Administrativo nº 23697/2025)

A Prefeitura Municipal de LAURO DE FREITAS/BA, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, através de sua Pregoeira Erivana Braga de Souza, designada pelo Decreto Municipal nº 5.533/2025, que realizará licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP), tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo, parcelado e sob demanda de pneus novos (primeiro uso) e óleos lubrificantes automotivos, destinados a garantir a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, pesados e máquinas vinculadas às diversas Secretarias da Administração Pública do Município de Lauro de Freitas/BA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90, Decreto Municipal nº 5.444/2025 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.1. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 27/03/2026, às 9h.

1.2. LOCAL: SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.3 OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.

1.4. Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.2.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema "LICITANET", observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em <https://portal.licitanet.com.br/> no menu ajuda/manuais ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s).

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.6.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficientes para atender satisfatoriamente às exigências previstas no Termo de Referência; e considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades nos serviços, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em consórcio no presente pregão.

3.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.10. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.6.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

4. CREDENCIAMENTO E ACESSO NA PLATAFORMA LICITANET

4.1. Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

4.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Lauro de Freitas/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

4.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

4.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Lauro de Freitas/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

4.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.10. O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

4.11. O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

5.1. Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico <https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, **horário de Brasília**.

5.1.1 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

5.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 5.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;
- 5.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar, ainda**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 5.3.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.4. A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.7. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:
- 5.7.1. informar o preço unitário; para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.
- 5.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irredutível e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.
- 5.7.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.
- 5.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:
- 5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- 5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 5.8.1;
- 5.8.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;
- 5.9. Independente dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.**
- 5.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pelo(a) pregoeiro(a) no sistema ou pela sua desconexão.



5.11. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O(A) pregoeiro(a) classificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente no sistema, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

6.2.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4. Os lances formulados deverão indicar o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

6.5. Poderá ser fixado intervalo mínimo de tempo a ser observado entre as ofertas de lances.

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente.

6.7.1. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto nos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9. Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance/percentual de desconto registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

6.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo(a) Pregoeiro(a), sujeitando-se a licitante às penalidades.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**.

6.12. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.13 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.14 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.15 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.16 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

6.17 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.18 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.19 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.20 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.21 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.23 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPATES ENTRE PROPOSTAS

7.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.2. Nas condições do subitem anterior, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) relativamente à melhor proposta ou melhor lance, conforme o critério de julgamento adotado, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados após a comunicação automática para tanto.

7.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006, que se encontrem naquela faixa de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.5. No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nas faixas estabelecidas nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.6.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



7.6.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

7.7. DA COTA PRINCIPAL E DA COTA RESERVADA – APLICAÇÃO DA LC 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014 - DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME e EPP.

7.7.1. **OS LOTES 01, 02 e 04 (COTAS PRINCIPAIS)** são destinados à participação ampla dos interessados que atendam aos requisitos deste edital, inclusive aos que se enquadrem na condição de Microempresa - E ou Empresa de Pequeno Porte – EPP (com os benefícios previstos na LC 123/06);

7.7.2. Nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar n. 123/2006 (alterada pela LC n. 147/2014), **O LOTE 03 (COTA RESERVADA)** é para participação exclusiva apenas de ME e EPP.

8. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao percentual de desconto definido para a contratação ou tenha apresentado o melhor preço, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.1.1. Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

8.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, com o mesmo prazo estabelecido no subitem 8.1.1, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.1.3. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.4. O resultado da negociação será registrado e divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.2. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(a) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e após negociação, o(a) pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

9.2. A licitante provisoriamente arrematante deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas úteis** subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo(a) Pregoeiro(a) quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

9.3. O conteúdo da Proposta de Preços Escrita, conforme modelo ANEXO V, deverá dispor:

9.3.1. **Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do item** (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;

9.3.2. O preço unitário e total de cada um dos itens cotados, em algarismo e por extenso, prevalecendo o primeiro caso haja divergência entre o valor unitário e o total e, entre os expressos em algarismos e por extenso, considerado este último;

9.3.3. A proposta comercial apresentada pela licitante deverá conter, de forma clara, precisa e objetiva, a marca, o fabricante, a procedência e as especificações técnicas completas dos materiais ofertados, os quais deverão estar em total conformidade com as exigências técnicas do Anexo I do Termo de Referência (ANEXO I).

9.3.4. De oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

9.3.5. Conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

9.3.6. Conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

9.4. Não serão aceitos preço unitário e global do Lote, acima dos valores de Referência da Administração.

9.5. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

9.6. A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na legislação vigente.

9.7. Para todos os itens constantes nos respectivos Lotes, deverá ser apresentado folders e catálogos oficiais dos produtos. Adicionalmente, deverá ser apresentada manual em português, com descrição detalhada do modelo, marca, características, especificações técnicas e outras informações que possibilitem a avaliação ou ficha técnica dos produtos, para verificação de sua conformidade

9.8. Os pneus ofertados deverão ser novos, sem uso anterior com certificação do INMETRO, garantia mínima de 90 (noventa) dias a partir da data da entrega; anteriormente a isso devem ter sido armazenados de forma adequada de acordo com as especificações do fabricante, e em hipótese alguma poderão ser remodelados, recondicionados, recauchutados ou recuperados.

9.9. Os produtos fornecidos deverão atender integralmente aos critérios e padrões de qualidade exigidos pelos órgãos reguladores competentes, garantindo a segurança, a durabilidade e a eficiência no uso em veículos e máquinas da frota municipal.

9.10. O produto deverá ter certificado de avaliação de conformidade, emitido por organismo acreditado pelo INMETRO, ostentando a identificação da certificação compulsória aprovada pelo Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade (SBAC), conforme disposto na legislação vigente do INMETRO; Apresentação do código DOT - Semana e ano de fabricação; O produto devesse possuir no máximo 12 (doze) meses de fabricação contado a partir da data da entrega. O fabricante ou importador deve possuir registro junto ao Inmetro e atender as portarias do Inmetro, do Contran e normas ABNT vigentes.

9.11. A licitante deverá apresentar ficha técnica detalhada dos produtos ofertados, contendo informações como composição, especificações técnicas, recomendações de uso, normas atendidas e certificações aplicáveis

9.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta da licitante provisoriamente arrematante.

9.13. Ficam os interessados cientes da necessidade de atender aos prazos aqui fixados, ainda que tal lhe seja facultado.

9.14. Em obediência Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 9.2, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência sendo realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação.

9.15. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 9 deste edital.

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. O(A) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante e de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

10.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

10.2 Será desclassificada a proposta arrematante que:

10.2.1. conter vícios insanáveis;

10.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.4 Para fins de comprovação de **exequibilidade**:

10.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.4.1.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem 10.4.1, só será considerada após diligência do responsável pela licitação, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.4.1.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.5. Em licitação para contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima e daqueles presentes no Termo de Referência, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

10.5.1. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3º da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4º da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021 (art. 59, §5º da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o responsável pela licitação poderá colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada nesse objeto.

11. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência da aquisição com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração. Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço originário de Pregão Eletrônico, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo o fato da existência de facultatividade na contratação dos produtos e serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis. Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

necessidade dos serviços demandados, levando em consideração o desgaste natural. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda.

11.2. Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

11.2.1. A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

11.2.2. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

11.2.3. O beneficiário do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.

11.2.4. As aquisições adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

11.2.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.2.6. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

11.2.7. Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

11.3. A CONTRATANTE formalizará seu pedido de fornecimento por meio de contrato ou instrumento equivalente.

11.4. A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

11.5. Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (ANEXO I) e da própria Ata de Registro de Preços (Anexo VI).

11.6. As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

11.7. O Órgão Gerenciador acompanhará a evolução das condições de mercado dos preços registrados.

11.8. Os preços registrados serão considerados compatíveis com os de mercado se forem iguais ou inferiores à média daqueles apurada em pesquisa.

11.9. Sendo o preço registrado na Ata de Registro de Preços superior à média de preços do mercado, o Órgão Gerenciador solicitará, mediante correspondência, novas propostas de preço às empresas beneficiárias do registro.

11.10. Caso os novos preços propostos permaneçam superiores à média dos preços de mercado apurada em pesquisa, o fato será registrado nos autos do processo, promovendo-se a contratação da aquisição por meio de nova licitação, assegurada às empresas beneficiárias do registro a preferência na contratação quando o menor preço/menor desconto obtido no certame for igual ao registrado.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

11.11. Caso os preços registrados e os obtidos em nova licitação permaneçam superiores à média de preços de mercado apurada em pesquisa, poderá ser feita a contratação direta, com dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso III, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

12.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;

12.1.1.1. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.1.2. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12.2 MODELO DE GESTÃO DA ATA

12.2.1. A ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

12.2.2. A execução da ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

12.2.3. O fiscal da ata anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da ata, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

12.2.4. O fiscal da ata informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

12.2.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o serviço da ata em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de técnicas nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

12.2.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da ata, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

12.2.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ata (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

12.2.8. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ata (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

12.2.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.2.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.2.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação de regularidade da empresa.



12.2.12. Serão exigidas as certidões conforme art. 68 da lei 14.133 de 2021.

13. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas e as licitantes vencedoras.

13.1.1. Serão incluídos na Ata de Registro de Preços os licitantes que aceitarem cotar os serviços em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

13.3. A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

13.4. As licitantes remanescentes convocados na forma do item 13.3, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades mencionadas no item 22.

13.5. O órgão gerenciador poderá admitir a inclusão superveniente de novas empresas para os itens constantes da ata de registro de preços, desde que observadas as condições estabelecidas no edital, a ordem de classificação constante da ata e as condições oferecidas pelo primeiro colocado da licitação.

13.5.1. A admissão de novas empresas referida no item 13.5 deve ser publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Diário Oficial do Município de Lauro de Freitas/BA, e será permitida nas seguintes hipóteses:

- a) quando, por peculiaridades de mercado, o quantitativo total estimado não for atingido no momento da licitação;
- b) quando o quantitativo total estimado sofrer acréscimo decorrente da ocorrência de fato superveniente devidamente justificado pela autoridade competente do órgão gerenciador.

13.5.2. A inserção de novos fornecedores para o item registrado ocorrerá mediante admissão, submetida à concordância dos demais fornecedores, que deverão se pronunciar, obrigatoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação de documento devidamente formalizado por representante legal da empresa com poderes "ad judicium" e "ad negocia".

14. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

d) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E);

14.2. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

14.2.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

14.2.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

14.2.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

14.2.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.5. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 14.2 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

14.6. Por razão de interesse público;

14.7. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

15.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

15.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.**

15.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

15.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

15.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 16.7. deste edital.

15.7 Dos documentos que compõem a habilitação:

15.7.1 **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

15.7.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

15.7.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.7.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.7.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.7.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

15.7.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.7.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

OBS: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.7.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

15.7.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

15.7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);

15.7.2.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte;

15.7.2.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

15.7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

15.7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.7.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

15.7.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

15.7.3.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

constituída há menos de 2 (dois) anos;

d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

15.7.3.4 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

15.7.3.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

15.7.3.6 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

15.7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.7.4.1 Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove a aptidão para o fornecimento de bens com características semelhantes às do objeto licitado.

15.7.4.2 Os atestados deverão conter, no mínimo:

- a) papel timbrado;
- b) CNPJ da emitente;
- c) endereço e telefone;
- d) data de emissão;
- e) nome e cargo de quem assina;
- f) descrição do objeto fornecido;
- g) quantidade e período da contratação.

15.7.4.3 Não serão aceitos atestados:

- a) emitidos por empresas do mesmo grupo da licitante;
- b) emitidos pela própria licitante;
- c) emitidos por empresas com sócios ou diretores comuns.

15.7.4.4 Para todos os itens constantes nos respectivos Lotes, deverá ser apresentado folders e catálogos oficiais dos produtos. Adicionalmente, deverá ser apresentada manual em português, com descrição detalhada do modelo, marca, características, especificações técnicas e outras informações que possibilitem a avaliação ou ficha técnica dos produtos, para verificação de sua conformidade.

15.7.4.5 A contratada deverá comprovar conter ainda os documentos a seguir relacionados:

- a) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

c) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

15.7.4.6 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sanções/cnep>)

15.7.4.7 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.7.4.8 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.7.4.9 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.7.4.10 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

15.7.4.11 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

15.7.4.12 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

15.7.4.8 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

15.7.5. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- a) Não serão aceitos “**protocolos de entrega**” ou “**solicitação de documento**” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;
- b) As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas **por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição**.
- c) A Administração se reserva o direito de promover quaisquer diligências que se façam necessárias a fim de verificar a veracidade e a precisão das informações fornecidas.
- d) A regularidade dos documentos exigidos nos subitens **15.7.2 e 15.7.3** será confirmada a autenticidade por meio de consulta “on-line”.

16. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

16.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

16.2. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.2.1. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

16.2.2. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

16.3. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

16.4. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 16.2:

16.4.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

16.4.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

16.4.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

16.4.4. A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

16.4.5. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

16.4.6. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

16.5. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o(a) Pregoeiro(a) considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

16.6. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

17. DOS RECURSOS

17.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

17.1.1. **Recurso Hierárquico** em face de:

a) julgamento das propostas;

b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

c) anulação ou revogação da licitação;

17.1.2. **Pedido de reconsideração**, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

17.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:

17.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

17.2.1.1. A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

17.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos ao(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

17.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

17.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

17.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

17.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

17.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

17.5.1 A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

17.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

18. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

18.1. A execução do objeto será realizada de forma parcelada e sob demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, com fornecimento dos materiais conforme a necessidade expressa pela Administração, por meio de Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na proposta da licitante vencedora.

18.2. A contratada deverá assegurar a entrega dos materiais solicitados de forma imediata e eficiente, contribuindo diretamente para a continuidade das atividades de manutenção corretiva e preventiva nas unidades da Prefeitura. Os resultados pretendidos deverão ser produzidos desde o início da execução contratual, com o fornecimento regular, pontual e em conformidade com as especificações técnicas dos itens demandados.

18.3. O prazo máximo para entrega dos materiais será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do documento de solicitação formal (Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou similar), salvo prazos específicos definidos em edital para determinados itens.

18.4. O local de entrega padrão será o Departamento de Manutenção – DEMAN, situado na Rua Manoel Silvestre Leite, nº 167, Centro, Lauro de Freitas/BA, ou em outro local que venha a ser expressamente indicado no respectivo documento de solicitação. As entregas deverão ocorrer em dias úteis, no horário comercial (das 9h às 17h).

18.5. Em caso de eventual impedimento ao cumprimento do prazo estabelecido para entrega, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, informando os motivos e a previsão de regularização. As justificativas serão analisadas à luz da legislação vigente, especialmente quanto à ocorrência de caso fortuito ou força maior, conforme os arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

18.6. Para os itens sujeitos a validade técnica, os produtos entregues deverão apresentar, no momento do recebimento, prazo de validade remanescente não inferior a 12 (doze) meses, salvo disposição diversa constante neste Termo de Referência, edital ou aceitação formal da Administração, com base em justificativa técnica.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

18.7. Os materiais fornecidos deverão ser novos (primeiro uso) e em perfeitas condições de uso, isentos de avarias e dentro das normas técnicas aplicáveis, acompanhados, quando couber, de manual de instruções em língua portuguesa e certificado de garantia do fabricante.

18.8. Todos os produtos estarão cobertos pela garantia legal ou contratual, nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), devendo a contratada responsabilizar-se pela substituição, reparo ou ressarcimento, conforme o caso, de materiais entregues com defeito ou em desconformidade com as especificações pactuadas.

18.9. A Administração poderá, a qualquer tempo, avaliar a execução do fornecimento, por meio de registros de conformidade, controle de qualidade e fiscalização técnica, de modo a assegurar que a contratação esteja produzindo os resultados esperados ao longo de toda a sua vigência, conforme preconizado no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

18.10. Toda a comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será realizada preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), utilizando-se os endereços informados pelas partes no ato da contratação, de forma a garantir o registro e a rastreabilidade das informações trocadas. Eventualmente, poderá ser utilizada a comunicação via telefone para tratativas mais imediatas ou urgentes, devendo, sempre que necessário, ser formalizada posteriormente por e-mail, para fins de registro

18.11. A empresa contratada deverá cumprir integralmente as obrigações previstas no edital, em seus anexos e na proposta vencedora, assumindo todos os riscos e encargos inerentes à perfeita execução do objeto. A contratação deverá observar, no que couber, as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto aos direitos, deveres e responsabilidades contratuais.

18.12. O fornecimento dos bens deverá observar, no mínimo, os requisitos de qualidade, segurança, procedência, compatibilidade técnica e conformidade com as normas técnicas pertinentes, conforme estabelecido neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei nº 14.133/2021.

18.13. A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos estipulados para a entrega dos materiais, conforme definido na Ordem de Fornecimento, sendo vedado qualquer atraso injustificado, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação.

18.14. A entrega dos materiais deverá ocorrer independentemente do quantitativo solicitado, não sendo exigido pedido mínimo, de forma a assegurar flexibilidade, economicidade e aderência às necessidades reais da Administração Pública.

18.15. Todos os materiais fornecidos, bem como os procedimentos relativos à entrega, deverão estar em conformidade com a legislação vigente, com as normas técnicas aplicáveis e com as exigências constantes deste Termo de Referência e seus anexos.

18.16. A proposta comercial apresentada pela licitante deverá conter, de forma clara, precisa e objetiva, a marca, o fabricante, a procedência e as especificações técnicas completas dos materiais ofertados, os quais deverão estar em total conformidade com as exigências técnicas do Anexo I deste Termo de Referência.

18.17. Todos os produtos a serem fornecidos deverão estar em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com as regulamentações do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e com as exigências da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), além de atenderem às demais disposições legais e ambientais aplicáveis, garantindo, assim, a qualidade, a segurança e a sustentabilidade da solução adotada.



19. DA VIGÊNCIA

19.1. A Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação terá vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação na Imprensa Oficial, nos termos do §3º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada por igual período, mediante justificativa da vantajosidade para a Administração e desde que devidamente formalizada;

20. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do Recebimento dos Materiais/Equipamentos

20.1. Os materiais/equipamentos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária e imediata, no ato da entrega, pelo servidor designado para o acompanhamento e fiscalização, mediante conferência da nota fiscal (ou documento equivalente), observando-se a compatibilidade com os quantitativos solicitados e o atendimento às especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada.

20.2. O recebimento provisório tem por finalidade o registro da entrega física, sem prejuízo da verificação técnica posterior, quanto à qualidade, marca, modelo, funcionamento e demais exigências previstas.

20.3 Os materiais/equipamentos entregues em desacordo com as especificações exigidas poderão ser rejeitados total ou parcialmente, mesmo antes do recebimento provisório, devendo a contratada providenciar a substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da notificação formal, sem ônus adicional para a Administração.

20.4. O recebimento definitivo será formalizado em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente, mediante verificação da conformidade dos materiais/equipamentos entregues quanto à quantidade, qualidade, especificações técnicas e condições pactuadas, com emissão de termo de recebimento definitivo.

20.5. O prazo referido no item anterior poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante justificativa formal, nos casos em que se façam necessárias diligências complementares para aferição das condições contratuais ou regularização de inconformidades.

20.6. Ocorrendo controvérsias sobre as condições de fornecimento – como quantidade, qualidade, integridade ou compatibilidade técnica dos materiais/equipamentos – deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, permitindo-se a emissão de nota fiscal apenas quanto à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento proporcional.

20.7. O prazo para o recebimento definitivo será suspenso enquanto pendente a correção de falhas ou inconsistências decorrentes da entrega dos materiais/equipamentos ou da documentação fiscal, devendo a contratada regularizar a situação no menor prazo possível.

20.8. O recebimento, ainda que definitivo, não exime a contratada da responsabilidade técnica e legal pela qualidade, integridade, segurança e adequação dos materiais/equipamentos fornecidos, nem elide a obrigação de responder por eventuais vícios ou defeitos que venham a ser constatados, mesmo posteriormente.

Da Liquidação

20.9. Após o recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para liquidação da despesa, prorrogável por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 20.10. O prazo estabelecido no item anterior será reduzido à metade no caso de contratações de pequeno valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mantida a possibilidade de prorrogação.
- 20.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou documento equivalente contém os seguintes elementos essenciais:
- a) Prazo de validade;
 - b) Data de emissão;
 - c) Dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) Período de execução do contrato correspondente;
 - e) Valor a ser pago;
 - f) Destaque de retenções tributárias, quando aplicável.
- 20.12. Caso sejam identificados erros ou omissões na nota fiscal ou circunstâncias impeditivas à liquidação da despesa, a Administração sobrestará o pagamento até que a contratada regularize a situação, reiniciando-se o prazo após a comprovação da correção, sem ônus à Administração.
- 20.13. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, a ser verificada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, aos sítios eletrônicos oficiais, conforme dispõe o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 20.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
 - b) Identificar eventuais impedimentos à contratação com o Poder Público, incluindo ocorrências impeditivas indiretas, conforme Instrução Normativa nº 3/2018.
- 20.15. Constatada alguma irregularidade, a contratada será notificada, por escrito, para que no prazo de até 5 (cinco) dias úteis regularize sua situação ou apresente defesa, sendo facultada uma única prorrogação por igual período, a critério da Administração.
- 20.16. Caso não haja regularização ou a defesa seja considerada improcedente, o contratante comunicará a inadimplência aos órgãos de controle competentes, podendo adotar medidas para garantir o ressarcimento de eventuais créditos públicos.
- 20.17. Persistindo a irregularidade, será instaurado o procedimento de rescisão contratual, assegurada à contratada a ampla defesa e o contraditório.
- 20.18. Enquanto houver prestação regular dos serviços e fornecimento dos bens, os pagamentos permanecerão em curso, até decisão definitiva quanto à rescisão.

Prazo de Pagamento

- 20.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Forma de Pagamento

- 20.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente indicada pela contratada.
- 20.21. Considera-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária pela Administração.
- 20.22. No momento do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, independentemente do percentual de tributos indicado na planilha de custos apresentada.
- 20.23. A contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, estará isenta da retenção de tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove documentalmente sua condição no momento do pagamento.



21. DAS OBRIGAÇÕES

21.1. DA CONTRATADA:

- a) A contratada deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e em sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do fornecimento, nos termos pactuados.
- b) Efetuar a entrega dos Pneus novos de primeiro uso e óleos lubrificantes em perfeitas condições, conforme especificações técnicas, quantidades, prazos e locais definidos neste Termo de Referência, na proposta apresentada e nas respectivas ordens de fornecimento.
- c) Apresentar, no ato da entrega, a respectiva nota fiscal eletrônica, com identificação clara dos itens fornecidos, incluindo marca, modelo, unidade de medida e demais informações necessárias à conferência e aceitação do material.
- d) Responder integralmente por eventuais vícios, defeitos ou não conformidades nos materiais/equipamentos fornecidos, nos termos dos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), devendo providenciar, às suas expensas, a substituição ou correção no prazo máximo fixado pela Administração.
- e) Proceder à substituição ou correção, às suas expensas e no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, de quaisquer materiais/equipamentos entregues com defeitos, avarias, em desacordo com as especificações ou que apresentem falhas técnicas detectadas durante o recebimento ou uso.
- f) Comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data prevista para entrega, a existência de qualquer fato impeditivo que inviabilize o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando justificativa acompanhada de documentos comprobatórios.
- g) Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas.
- h) Indicar preposto formalmente designado para representá-la junto à Administração, com poderes para acompanhar, responder e tomar decisões quanto à execução do contrato, inclusive para fins de recebimento de comunicações oficiais e atendimento de diligências.
- i) Observar, no fornecimento dos materiais, as boas práticas de armazenagem, transporte e manuseio, de modo a garantir a integridade física, funcionalidade e conformidade técnica dos produtos entregues.
- j) Arcar com todas as despesas relacionadas ao fornecimento dos materiais/equipamentos, incluindo custos com embalagem, transporte, seguro, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários (quando aplicáveis), bem como com eventuais danos causados a terceiros em decorrência de falhas de sua responsabilidade.

21.2 DA CONTRATANTE

- a) Receber os materiais fornecidos pela Contratada, observando os prazos, condições, especificações e locais definidos no Termo de Referência, na proposta da contratada e nas ordens de fornecimento emitidas.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- b) Proceder à conferência quantitativa e qualitativa dos bens entregues, verificando a conformidade com as especificações contratuais e registrando o recebimento provisório e, posteriormente, o definitivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- c) Comunicar formalmente à Contratada, no menor prazo possível, a constatação de irregularidades, vícios, defeitos ou desconformidades nos materiais entregues, solicitando, quando cabível, a substituição ou correção nos termos pactuados.
- d) Designar servidor(es) ou comissão responsável para acompanhar, fiscalizar e atestar o recebimento dos materiais, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documentos específicos os atos de fiscalização.
- e) Efetuar o pagamento à Contratada pelos materiais efetivamente entregues, conferidos e recebidos de forma definitiva, observando os prazos, valores e condições estabelecidos no Edital, neste Termo de Referência e na nota de empenho.
- f) Não se responsabilizar por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, inclusive em relação a seus fornecedores, transportadores ou subcontratados, bem como por eventuais danos causados a terceiros em decorrência de atos ou omissões da Contratada, de seus empregados, prepostos ou representantes.
- g) Reservar-se o direito, por meio da Secretaria Municipal de Administração, de paralisar, suspender ou cancelar o fornecimento, parcial ou integralmente, sempre que identificada qualquer infração contratual, descumprimento das normas legais aplicáveis ou por motivo de interesse público devidamente justificado.

22. DAS PENALIDADES

22.1. A contratada estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, nos termos do Capítulo VII da Lei nº 14.133/2021, bem como do Regulamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, nos casos de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, ou na prática de atos ilícitos que prejudiquem a Administração Pública.

22.2. O inadimplemento, total ou parcial, das obrigações contratuais, sem justificativa aceita pela Administração, poderá ensejar a aplicação das sanções abaixo elencadas, garantidos o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal:

- a) Advertência, por escrito, nos casos de infrações formais ou de menor gravidade que não causem prejuízo relevante à Administração;
- b) Multa, conforme valores, percentuais e hipóteses definidas no Edital e no instrumento contratual, podendo ser compensada com valores eventualmente devidos pela Administração;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do ente federativo contratante, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, quando a contratada:
 - deixar de celebrar o contrato injustificadamente;
 - não entregar o objeto;
 - apresentar documentação falsa;
 - cometer fraude na execução;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer falhas que causem prejuízo ao erário.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em âmbito nacional, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infrações gravíssimas que comprometam a idoneidade da empresa, nos termos do art. 156, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

22.3. As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” serão aplicadas por autoridade competente, mediante processo administrativo específico, com observância do contraditório e da ampla defesa, conforme determina o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

22.4. A aplicação de quaisquer das sanções não exime a contratada da obrigação de reparar os danos causados à Administração ou a terceiros, inclusive aqueles decorrentes de condutas culposas ou dolosas.

22.5. O pagamento da multa, isoladamente ou de forma cumulativa com outras penalidades, não afasta a possibilidade de aplicação de outras sanções cabíveis.

22.6. As sanções aplicadas serão devidamente registradas no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores ou em sistema equivalente adotado pelo Município, com vistas à transparência, controle e cumprimento das disposições legais, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

23. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 0701 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Função: 04 Administração

Sub Função: 122 Administração Geral

Programa: 0002 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO

Ação: 2005 MANUTENÇÃO E USO DE FROTA VEICULAR

Natureza de Despesas: 33903000 Material de Consumo

Fonte: 15010000 Recurso não Vinculados de Impostos

24. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

24.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> ou do endereço eletrônico copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br.

24.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.

24.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

24.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

25. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

25.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do(a) Pregoeiro(a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

25.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

25.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

25.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

25.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

25.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

25.5 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

25.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

25.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

25.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

26. DA SUBCONTRATAÇÃO

26.1 É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta contratação, em qualquer de suas etapas, sob pena de rescisão contratual e demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital.

27. DO REAJUSTE

27.1 Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contado a partir da data-base do orçamento estimado, conforme disposto no art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

27.2 Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços contratuais poderão ser reajustados, independentemente de solicitação da Contratada, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, incidindo exclusivamente sobre as parcelas executadas após a data da anualidade.

27.3 Para os reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

27.4 Na hipótese de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante efetuará o pagamento com base na última variação oficialmente divulgada, procedendo-se à compensação das diferenças devidas tão logo seja publicado o índice definitivo.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

27.5 Para fins de apuração final do reajuste, será obrigatoriamente utilizado o índice definitivo divulgado pelo órgão oficial competente, ficando vedada a utilização de índices provisórios ou estimados.

27.6 Caso o índice de reajustamento previsto venha a ser extinto ou, por qualquer motivo, não possa mais ser aplicado, será adotado, em substituição, o índice oficial que vier a ser determinado pela legislação vigente.

27.7 Na inexistência de índice legalmente definido para substituição, as partes poderão, de comum acordo, eleger novo índice oficial que reflita a variação efetiva dos custos do serviço contratado, mediante formalização por termo aditivo, observado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

28. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

28.1. A gestão da Ata de Registro de Preços e dos eventuais contratos administrativos dela decorrentes será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração – SECAD.

28.2. A fiscalização da execução do objeto será exercida por servidor(es) ou empregado(s) público(s) formalmente designado(s) como fiscal(is), mediante Portaria específica, podendo ser assistidos por equipe de apoio e, quando necessário, por profissionais ou empresas contratadas para prestar assessoria técnica.

28.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas contratuais, este Termo de Referência, o edital de licitação e a legislação vigente, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

28.4. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada de forma contínua, desde o início da vigência até o encerramento contratual, sendo exigido o registro formal de todas as ocorrências relevantes em relatório próprio ou sistema eletrônico, com vistas à correta supervisão da entrega dos materiais e ao cumprimento dos prazos estabelecidos.

28.5. A empresa contratada deverá manter preposto, devidamente identificado e aceito pela Administração, com poderes para representá-la junto à fiscalização e para responder de imediato às solicitações relativas à execução do contrato.

28.6. Todos os materiais/equipamentos entregues deverão atender integralmente às especificações exigidas, estando sujeitos à rejeição, substituição ou devolução imediata em caso de vícios, defeitos, falhas técnicas, não conformidade ou incompatibilidade com as exigências contratuais.

28.7. A contratada será obrigada a reparar, corrigir, substituir, reconstruir ou remover, às suas expensas, total ou parcialmente, qualquer item que não atenda às condições pactuadas.

28.8. A contratada será integralmente responsável pelos danos que causar à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto, mesmo que sob fiscalização da Administração.

28.9. A inadimplência da contratada com relação a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transferirá à Administração qualquer responsabilidade por seu adimplemento, tampouco poderá acarretar ônus adicional à execução do contrato, nos termos do § 2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

28.10. A fiscalização será exercida por 1 (um) ou mais servidores ou empregados públicos designados formalmente por meio de Portaria, podendo ser auxiliados por equipe de apoio e, quando necessário, por terceiros contratados com conhecimento técnico específico.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

28.11. O(s) fiscal(is) do contrato deverá(ão):

- a) Acompanhar, controlar e supervisionar a execução do objeto;
- b) Verificar a conformidade dos materiais entregues em relação aos quantitativos, especificações técnicas e condições estabelecidas;
- c) Registrar formalmente as ocorrências que afetem o cumprimento das obrigações contratuais;
- d) Emitir pareceres e relatórios, sempre que necessário, para subsidiar a tomada de decisão da autoridade competente;
- e) Requisitar correções, substituições ou adequações, conforme previsto contratualmente.

28.12. Caso sejam detectadas irregularidades ou situações que extrapolem a competência do fiscal, estas deverão ser imediatamente comunicadas à autoridade superior, com as devidas recomendações.

28.13. Os atos de fiscalização deverão ser documentados e armazenados em meio físico ou eletrônico, garantindo-se a rastreabilidade dos registros e a conformidade com os princípios da administração pública.

28.14. A atuação da fiscalização não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela entrega dos materiais conforme pactuado.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

29.2. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

29.3. As referências de horário correspondem ao horário oficial da Bahia.

29.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a).

30. FORO

30.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

31. ANEXOS DO EDITAL

31.1. Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA
ANEXO III	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO
ANEXO IV	DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ANEXO V	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
ANEXO VI	MINUTA DA ATA
ANEXO VII	MINUTA DO CONTRATO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

31.2. – Este Edital e seus anexos contêm 75 (setenta e cinco) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Lauro de Freitas/BA, 11 de Março de 2026

Heider do Vale Almeida Pinheiro
Diretoria de Licitações



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo, parcelado e sob demanda de pneus novos (primeiro uso) e óleos lubrificantes automotivos, destinados a garantir a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, pesados e máquinas vinculadas às diversas Secretarias da Administração Pública do Município de Lauro de Freitas/BA.

1.2. Os bens a serem adquiridos são classificados como bens comuns, por possuírem especificações usuais no mercado, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o regime de Sistema de Registro de Preços – SRP, com julgamento pelo critério de menor preço por lote, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentações correlatas e demais normas aplicáveis.

1.4. A relação completa dos itens a serem adquiridos, unidades de medida e quantitativo por item, encontra-se detalhada na tabela constante no Anexo I – Termo de Referência – Especificações e Quantitativos.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo, parcelado e sob demanda de pneus novos (primeiro uso) e óleos lubrificantes automotivos destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, pesados e máquinas pertencentes às diversas Secretarias da Administração Direta e Indireta do Município de Lauro de Freitas/BA. A operação adequada dessa frota é elemento essencial para garantir a execução eficiente das atividades administrativas, operacionais e de atendimento ao público, sendo indispensável ao funcionamento de serviços como transporte institucional, fiscalização, serviços urbanos, assistência social, saúde, educação, proteção ambiental e manutenção geral.

2.2. A necessidade de contratação decorre do desgaste natural e inevitável dos componentes automotivos, em especial pneus e lubrificantes, cuja substituição e reposição devem ocorrer dentro dos prazos e especificações técnicas recomendadas pelos fabricantes, normas da ABNT, legislações de segurança veicular e diretrizes dos programas de manutenção preditiva e preventiva. O uso prolongado ou inadequado desses itens compromete diretamente a segurança dos condutores, equipes de trabalho e usuários, além de provocar aumento significativo dos custos operacionais decorrentes de quebras, consumo excessivo de combustível, danos ao sistema mecânico e indisponibilidade dos veículos.

2.3. Os pneus, por serem o único ponto de contato entre o veículo e o solo, influenciam de maneira crítica a estabilidade, frenagem, dirigibilidade e resposta operacional. Assim, sua substituição periódica, alinhada às normas técnicas vigentes, é obrigatória para que a frota mantenha níveis satisfatórios de desempenho e segurança. Da mesma forma, os óleos lubrificantes desempenham função essencial na redução do atrito interno, no controle térmico, na preservação dos componentes do motor e na mitigação de desgastes prematuros. A ausência de reposição adequada desses insumos gera risco de falhas graves e comprometimento irreversível do conjunto mecânico.

2.4. A contratação de empresa especializada assegura, ainda, que os produtos fornecidos atendam aos padrões exigidos pelos fabricantes dos veículos, possibilitando compatibilidade técnica, maior durabilidade dos componentes e redução de falhas. A rastreabilidade dos itens, a garantia de origem e a conformidade com especificações normativas são fatores essenciais para a eficiência do processo de manutenção.



2.5. Considerando a relevância estratégica da frota municipal para a execução das políticas públicas e a necessidade contínua de garantir segurança operacional, economicidade, conformidade técnica e prolongamento da vida útil dos equipamentos, a contratação ora proposta apresenta-se plenamente justificada. Trata-se de medida indispensável para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população, além de promover a gestão eficiente dos recursos públicos e a proteção do patrimônio municipal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na aquisição planejada, centralizada e de forma parcelada de pneus novos (primeiro uso) e óleos lubrificantes automotivos destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, pesados e máquinas sobre responsabilidade da Administração Municipal.

3.2. A contratação abrangerá itens de uso recorrente e indispensáveis às atividades de manutenção da frota municipal, incluindo pneus novos e óleos lubrificantes necessários ao pleno desempenho das equipes próprias responsáveis pelos serviços mecânicos. A especificação detalhada dos materiais, contendo suas características técnicas, padrões de qualidade, critérios de desempenho e requisitos de padronização, estará apresentada no Anexo I deste Termo de Referência. A relação foi elaborada com base na demanda estimada pelas unidades administrativas, considerando parâmetros de eficiência operacional, compatibilidade com os veículos da frota e atendimento às normas aplicáveis, assegurando a adequação dos itens às necessidades reais de manutenção preventiva e corretiva.

3.3. A adoção desta solução proporcionará os seguintes benefícios à Administração:

- a) Aumento da disponibilidade da frota, garantindo que veículos e máquinas permaneçam operacionais e aptos ao desempenho das atividades institucionais.
- b) Redução de custos com manutenção corretiva, uma vez que pneus e lubrificantes adequados diminuem falhas mecânicas e prolongam a vida útil dos componentes.
- c) Melhoria da segurança operacional, assegurando condições adequadas de rodagem, aderência e funcionamento dos sistemas mecânicos, reduzindo riscos de acidentes e interrupções de serviço.
- d) Padronização dos insumos utilizados, permitindo maior controle técnico, uniformidade de desempenho e compatibilidade com as recomendações dos fabricantes da frota.
- e) Eficiência no planejamento das manutenções, com fornecimento sob demanda que evita falta de materiais e otimiza o tempo de resposta às necessidades emergenciais.
- f) Eliminação de estoques excessivos, reduzindo desperdícios, riscos de vencimento, deterioração ou inadequação de materiais.
- g) Maior controle e rastreabilidade, garantindo identificação precisa dos itens utilizados, histórico de aplicações e conformidade com as normas técnicas e requisitos de garantia.
- h) Melhoria da gestão dos recursos públicos, com aquisição planejada e racional, orientada à economicidade e ao impacto direto sobre a longevidade da frota.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

i) Redução dos custos operacionais indiretos, como consumo excessivo de combustível, desgaste de peças e tempo de inatividade dos veículos.

j) Agilidade na execução das atividades administrativas e operacionais, já que veículos bem mantidos atendem prontamente às demandas das diversas Secretarias.

l) Atendimento às normas de manutenção automotiva, contribuindo para regularidade das operações e conformidade com padrões de segurança e desempenho exigidos para frota pública.

m) Aprimoramento do planejamento logístico e operacional, uma vez que a disponibilidade contínua dos itens facilita a programação de serviços, reduz imprevistos e aumenta a eficiência geral.

3.4. A execução da solução será viabilizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), com julgamento pelo critério de menor preço por lote, observando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, isonomia, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

3.5. A gestão, distribuição, controle e acompanhamento dos materiais adquiridos serão realizados por setor competente da Administração Municipal, mediante sistema de registro de entrada e saída, visando garantir a rastreabilidade e a correta destinação dos insumos conforme a demanda formalizada pelas Secretarias atendidas.

3.6. Em síntese, a solução delineada visa atender a uma necessidade permanente da Administração Pública Municipal de manutenção e conservação preventiva e corretiva da frota de veículos, com base em critérios de planejamento, responsabilidade fiscal e eficiência operacional, promovendo a melhoria das condições de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à população de Lauro de Freitas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação será realizada por meio da modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se o Sistema de Registro de Preços (SRP), com fundamento no art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando tratar-se de bens comuns, cujas especificações são usuais no mercado e cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme disposto nos incisos X e XIII do art. 6º da referida Lei.

4.2. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por lote, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar, tendo em vista a natureza dos itens, a racionalização logística e a viabilidade operacional e econômica da contratação por agrupamento.

4.3. Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar atuação em ramo de atividade compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação dos documentos exigidos no edital, especialmente no que tange à qualificação técnica, jurídica, econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, nos termos da legislação vigente.

4.4. A empresa contratada deverá cumprir integralmente as obrigações previstas no edital, em seus anexos e na proposta vencedora, assumindo todos os riscos e encargos inerentes à perfeita execução do objeto. A contratação deverá observar, no que couber, as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto aos direitos, deveres e responsabilidades contratuais.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

4.5. O fornecimento dos bens deverá observar, no mínimo, os requisitos de qualidade, segurança, procedência, compatibilidade técnica e conformidade com as normas técnicas pertinentes, conforme estabelecido neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei nº 14.133/2021.

4.6. A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos estipulados para a entrega dos materiais, conforme definido na Ordem de Fornecimento, sendo vedado qualquer atraso injustificado, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação.

4.7. A entrega dos materiais deverá ocorrer independentemente do quantitativo solicitado, não sendo exigido pedido mínimo, de forma a assegurar flexibilidade, economicidade e aderência às necessidades reais da Administração Pública.

4.8. Todos os materiais fornecidos, bem como os procedimentos relativos à entrega, deverão estar em conformidade com a legislação vigente, com as normas técnicas aplicáveis e com as exigências constantes deste Termo de Referência e seus anexos.

4.9. A proposta comercial apresentada pela licitante deverá conter, de forma clara, precisa e objetiva, a marca, o fabricante, a procedência e as especificações técnicas completas dos materiais ofertados, os quais deverão estar em total conformidade com as exigências técnicas do Anexo I deste Termo de Referência.

4.10. Todos os produtos a serem fornecidos deverão estar em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com as regulamentações do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e com as exigências da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), além de atenderem às demais disposições legais e ambientais aplicáveis, garantindo, assim, a qualidade, a segurança e a sustentabilidade da solução adotada..

4.11. É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta contratação, em qualquer de suas etapas, sob pena de rescisão contratual e demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital.

4.12. Os pneus ofertados deverão ser novos, sem uso anterior com certificação do INMETRO, garantia mínima de 90 (noventa) dias a partir da data da entrega; anteriormente a isso devem ter sido armazenados de forma adequada de acordo com as especificações do fabricante, e em hipótese alguma poderão ser remodelados, reconicionados, recauchutados ou recuperados.

4.13. Os produtos fornecidos deverão atender integralmente aos critérios e padrões de qualidade exigidos pelos órgãos reguladores competentes, garantindo a segurança, a durabilidade e a eficiência no uso em veículos e máquinas da frota municipal.

4.14. O produto deverá ter certificado de avaliação de conformidade, emitido por organismo acreditado pelo INMETRO, ostentando a identificação da certificação compulsória aprovada pelo Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade (SBAC), conforme disposto na legislação vigente do INMETRO; Apresentação do código DOT - Semana e ano de fabricação; O produto deves possuir no máximo 12 (doze) meses de fabricação contado a partir da data da entrega. O fabricante ou importador deve possuir registro junto ao Inmetro e atender as portarias do Inmetro, do Contran e normas ABNT vigentes.

4.15 A licitante deverá apresentar ficha técnica detalhada dos produtos ofertados, contendo informações como composição, especificações técnicas, recomendações de uso, normas atendidas e certificações aplicáveis.

4.16. As embalagens dos produtos deverão conter, de forma clara e legível, as seguintes informações: nome e composição do produto, número do lote, data de fabricação e validade (quando aplicável), identificação do fabricante (nome



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

empresarial, CNPJ e endereço), condições de armazenamento e informações técnicas conforme exigido pela legislação vigente.

4.17. Não serão aceitos laudos técnicos ou certificados de conformidade emitidos há mais de 12 (doze) meses da data da apresentação, salvo se o documento possuir validade expressamente superior e reconhecida pelo órgão emissor.

5. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1. A presente contratação será realizada com a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista a conveniência e a economicidade da aquisição parcelada dos materiais, conforme a necessidade real e variável da Administração, o que permite reduzir riscos de desabastecimento, otimizar o planejamento das ações de manutenção e racionalizar a aplicação dos recursos públicos.

5.2. A adoção do SRP se justifica pela natureza eventual, futura e imprevisível da demanda, já que os serviços de manutenção corretiva e preventiva, a serem realizados pelo Departamento de Manutenção – DEMAN, dependem de situações emergenciais ou programações específicas, cujos quantitativos são estimados, mas não fixos.

5.3. O uso do Sistema de Registro de Preços apresenta vantagens significativas para a Administração Pública, entre as quais se destacam:

- a) Contratação facultativa, conforme art. 82, §1º, da Lei nº 14.133/2021, conferindo à Administração maior flexibilidade e discricionariedade na utilização da ata, de acordo com sua real demanda e disponibilidade orçamentária;
- b) Planejamento mais eficiente das atividades de manutenção das unidades administrativas, operacionais e funcionais, com possibilidade de resposta ágil às necessidades;
- c) Aquisição sob demanda, com entrega parcelada dos itens e pagamento apenas do efetivamente entregue, evitando a formação de estoques desnecessários e o comprometimento antecipado de recursos públicos;
- d) Economia de escala e padronização, ao concentrar a contratação em um único procedimento licitatório, reduzindo custos administrativos e facilitando o controle de qualidade dos materiais utilizados.

5.4. A contratação por SRP não obriga a Administração à aquisição da totalidade dos itens registrados, sendo a ata utilizada conforme a conveniência, a disponibilidade orçamentária e a efetiva necessidade do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, conforme disciplinado no edital e seus anexos.

5.5. Desta forma, o Sistema de Registro de Preços se mostra a alternativa mais eficiente e vantajosa para a Administração Municipal, assegurando adequação entre a oferta e a demanda, controle de gastos públicos, e atendimento célere das necessidades de manutenção nas unidades da Prefeitura de Lauro de Freitas.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto será realizada de forma parcelada e sob demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, com fornecimento dos materiais conforme a necessidade expressa pela Administração, por meio de Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na proposta da licitante vencedora.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

6.2. A contratada deverá assegurar a entrega dos materiais solicitados de forma imediata e eficiente, contribuindo diretamente para a continuidade das atividades de manutenção corretiva e preventiva nas unidades da Prefeitura. Os resultados pretendidos deverão ser produzidos desde o início da execução contratual, com o fornecimento regular, pontual e em conformidade com as especificações técnicas dos itens demandados.

6.3. O prazo máximo para entrega dos materiais será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do documento de solicitação formal (Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou similar), salvo prazos específicos definidos em edital para determinados itens.

6.4. O local de entrega padrão será o Departamento de Manutenção – DEMAN, situado na Rua Manoel Silvestre Leite, nº 167, Centro, Lauro de Freitas/BA, ou em outro local que venha a ser expressamente indicado no respectivo documento de solicitação. As entregas deverão ocorrer em dias úteis, no horário comercial (das 9h às 17h).

6.5. Em caso de eventual impedimento ao cumprimento do prazo estabelecido para entrega, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, informando os motivos e a previsão de regularização. As justificativas serão analisadas à luz da legislação vigente, especialmente quanto à ocorrência de caso fortuito ou força maior, conforme os arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Para os itens sujeitos a validade técnica, os produtos entregues deverão apresentar, no momento do recebimento, prazo de validade remanescente não inferior a 12 (doze) meses, salvo disposição diversa constante neste Termo de Referência, edital ou aceitação formal da Administração, com base em justificativa técnica.

6.7. Os materiais fornecidos deverão ser novos (primeiro uso) e em perfeitas condições de uso, isentos de avarias e dentro das normas técnicas aplicáveis, acompanhados, quando couber, de manual de instruções em língua portuguesa e certificado de garantia do fabricante.

6.8. Todos os produtos estarão cobertos pela garantia legal ou contratual, nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), devendo a contratada responsabilizar-se pela substituição, reparo ou ressarcimento, conforme o caso, de materiais entregues com defeito ou em desconformidade com as especificações pactuadas.

6.9. A Administração poderá, a qualquer tempo, avaliar a execução do fornecimento, por meio de registros de conformidade, controle de qualidade e fiscalização técnica, de modo a assegurar que a contratação esteja produzindo os resultados esperados ao longo de toda a sua vigência, conforme preconizado no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

6.10. Toda a comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será realizada preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), utilizando-se os endereços informados pelas partes no ato da contratação, de forma a garantir o registro e a rastreabilidade das informações trocadas. Eventualmente, poderá ser utilizada a comunicação via telefone para tratativas mais imediatas ou urgentes, devendo, sempre que necessário, ser formalizada posteriormente por e-mail, para fins de registro.

7. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1. A gestão da Ata de Registro de Preços e dos eventuais contratos administrativos dela decorrentes será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração – SECAD.

7.2. A fiscalização da execução do objeto será exercida por servidor(es) ou empregado(s) público(s) formalmente designado(s) como fiscal(is), mediante Portaria específica, podendo ser assistidos por equipe de apoio e, quando necessário, por profissionais ou empresas contratadas para prestar assessoria técnica.



7.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas contratuais, este Termo de Referência, o edital de licitação e a legislação vigente, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.4. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada de forma contínua, desde o início da vigência até o encerramento contratual, sendo exigido o registro formal de todas as ocorrências relevantes em relatório próprio ou sistema eletrônico, com vistas à correta supervisão da entrega dos materiais e ao cumprimento dos prazos estabelecidos.

7.5. A empresa contratada deverá manter preposto, devidamente identificado e aceito pela Administração, com poderes para representá-la junto à fiscalização e para responder de imediato às solicitações relativas à execução do contrato.

7.6. Todos os materiais/equipamentos entregues deverão atender integralmente às especificações exigidas, estando sujeitos à rejeição, substituição ou devolução imediata em caso de vícios, defeitos, falhas técnicas, não conformidade ou incompatibilidade com as exigências contratuais.

7.7. A contratada será obrigada a reparar, corrigir, substituir, reconstruir ou remover, às suas expensas, total ou parcialmente, qualquer item que não atenda às condições pactuadas.

7.8. A contratada será integralmente responsável pelos danos que causar à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto, mesmo que sob fiscalização da Administração.

7.9. A inadimplência da contratada com relação a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transferirá à Administração qualquer responsabilidade por seu adimplemento, tampouco poderá acarretar ônus adicional à execução do contrato, nos termos do § 2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

7.10. DA FISCALIZAÇÃO

7.10.1. A fiscalização será exercida por 1 (um) ou mais servidores ou empregados públicos designados formalmente por meio de Portaria, podendo ser auxiliados por equipe de apoio e, quando necessário, por terceiros contratados com conhecimento técnico específico.

7.10.2. O(s) fiscal(is) do contrato deverá(ão):

- Acompanhar, controlar e supervisionar a execução do objeto;
- Verificar a conformidade dos materiais entregues em relação aos quantitativos, especificações técnicas e condições estabelecidas;
- Registrar formalmente as ocorrências que afetem o cumprimento das obrigações contratuais;
- Emitir pareceres e relatórios, sempre que necessário, para subsidiar a tomada de decisão da autoridade competente;
- Requisitar correções, substituições ou adequações, conforme previsto contratualmente.

7.10.3. Caso sejam detectadas irregularidades ou situações que extrapolem a competência do fiscal, estas deverão ser imediatamente comunicadas à autoridade superior, com as devidas recomendações.



7.10.4. Os atos de fiscalização deverão ser documentados e armazenados em meio físico ou eletrônico, garantindo-se a rastreabilidade dos registros e a conformidade com os princípios da administração pública.

7.10.5. A atuação da fiscalização não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela entrega dos materiais conforme pactuado.

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Do Recebimento dos Materiais/Equipamentos

8.1.1. Os materiais/equipamentos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária e imediata, no ato da entrega, pelo servidor designado para o acompanhamento e fiscalização, mediante conferência da nota fiscal (ou documento equivalente), observando-se a compatibilidade com os quantitativos solicitados e o atendimento às especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada.

8.1.2. O recebimento provisório tem por finalidade o registro da entrega física, sem prejuízo da verificação técnica posterior, quanto à qualidade, marca, modelo, funcionamento e demais exigências previstas.

8.1.3. Os materiais/equipamentos entregues em desacordo com as especificações exigidas poderão ser rejeitados total ou parcialmente, mesmo antes do recebimento provisório, devendo a contratada providenciar a substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da notificação formal, sem ônus adicional para a Administração.

8.1.4. O recebimento definitivo será formalizado em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente, mediante verificação da conformidade dos materiais/equipamentos entregues quanto à quantidade, qualidade, especificações técnicas e condições pactuadas, com emissão de termo de recebimento definitivo.

8.1.5. O prazo referido no item anterior poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante justificativa formal, nos casos em que se façam necessárias diligências complementares para aferição das condições contratuais ou regularização de inconformidades.

8.1.6. Ocorrendo controvérsias sobre as condições de fornecimento – como quantidade, qualidade, integridade ou compatibilidade técnica dos materiais/equipamentos – deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, permitindo-se a emissão de nota fiscal apenas quanto à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento proporcional.

8.1.7. O prazo para o recebimento definitivo será suspenso enquanto pendente a correção de falhas ou inconsistências decorrentes da entrega dos materiais/equipamentos ou da documentação fiscal, devendo a contratada regularizar a situação no menor prazo possível.

8.1.8. O recebimento, ainda que definitivo, não exime a contratada da responsabilidade técnica e legal pela qualidade, integridade, segurança e adequação dos materiais/equipamentos fornecidos, nem elide a obrigação de responder por eventuais vícios ou defeitos que venham a ser constatados, mesmo posteriormente.

8.2 Da Liquidação



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

8.2.1 Após o recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para liquidação da despesa, prorrogável por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.1.2. O prazo estabelecido no item anterior será reduzido à metade no caso de contratações de pequeno valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mantida a possibilidade de prorrogação.

8.1.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou documento equivalente contém os seguintes elementos essenciais:

- a) Prazo de validade;
- b) Data de emissão;
- c) Dados do contrato e do órgão contratante;
- d) Período de execução do contrato correspondente;
- e) Valor a ser pago;
- f) Destaque de retenções tributárias, quando aplicável.

8.1.4. Caso sejam identificados erros ou omissões na nota fiscal ou circunstâncias impeditivas à liquidação da despesa, a Administração sobrestará o pagamento até que a contratada regularize a situação, reiniciando-se o prazo após a comprovação da correção, sem ônus à Administração.

8.1.5. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, a ser verificada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, aos sítios eletrônicos oficiais, conforme dispõe o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
- b) Identificar eventuais impedimentos à contratação com o Poder Público, incluindo ocorrências impeditivas indiretas, conforme Instrução Normativa nº 3/2018.

8.1.7. Constatada alguma irregularidade, a contratada será notificada, por escrito, para que no prazo de até 5 (cinco) dias úteis regularize sua situação ou apresente defesa, sendo facultada uma única prorrogação por igual período, a critério da Administração.

8.1.8. Caso não haja regularização ou a defesa seja considerada improcedente, o contratante comunicará a inadimplência aos órgãos de controle competentes, podendo adotar medidas para garantir o ressarcimento de eventuais créditos públicos.

8.1.9. Persistindo a irregularidade, será instaurado o procedimento de rescisão contratual, assegurada à contratada a ampla defesa e o contraditório.

8.1.10. Enquanto houver prestação regular dos serviços e fornecimento dos bens, os pagamentos permanecerão em curso, até decisão definitiva quanto à rescisão.

8.3. Prazo de Pagamento

8.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

8.4. Forma de Pagamento

- 8.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente indicada pela contratada.
- 8.4.2 Considera-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária pela Administração.
- 8.4.3 No momento do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, independentemente do percentual de tributos indicado na planilha de custos apresentada.
- 8.4.4 A contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, estará isenta da retenção de tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove documentalmente sua condição no momento do pagamento.

9. FORMA DE CRITÉRIO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Habilitação Jurídica

- 9.1.1. A licitante deverá apresentar documentação conforme a natureza jurídica da empresa, observando:
- a) Pessoa física: RG ou documento equivalente com validade nacional.
 - b) Empresário individual: registro na Junta Comercial.
 - c) MEI: CCMEI com verificação de autenticidade no portal oficial.
 - d) SLU, EIRELI ou sociedade empresária: ato constitutivo com prova de administrador.
 - e) Sociedade estrangeira: autorização de funcionamento no Brasil publicada no DOU.
 - f) Sociedade simples: registro no RCPJ e prova de administração.
 - g) Filiais, sucursais ou agências: atos constitutivos com averbações correspondentes.
 - h) Todos os documentos devem estar acompanhados de alterações ou consolidação atualizada.

9.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

9.3. Qualificação Econômico-Financeira

- e) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- f) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

69, caput, inciso II);

g) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

h) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

i) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

j) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

k) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.3.1 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.3.3 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.4. Qualificação Técnica

9.4.1 Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove a aptidão para o fornecimento de bens com características semelhantes às do objeto licitado.

9.4.2 Os atestados deverão conter, no mínimo:

- h) papel timbrado;
- i) CNPJ da emitente;
- j) endereço e telefone;
- k) data de emissão;
- l) nome e cargo de quem assina;
- m) descrição do objeto fornecido;
- n) quantidade e período da contratação.

9.4.3 Não serão aceitos atestados:

- d) emitidos por empresas do mesmo grupo da licitante;
- e) emitidos pela própria licitante;
- f) emitidos por empresas com sócios ou diretores comuns.

9.4.4 Para todos os itens constantes nos respectivos Lotes, deverá ser apresentado folders e catálogos oficiais dos produtos. Adicionalmente, deverá ser apresentada manual em português, com descrição detalhada do modelo, marca, características, especificações técnicas e outras informações que possibilitem a avaliação ou ficha técnica dos produtos, para verificação de sua conformidade.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

9.4.5 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sanções/cnep>)

9.4.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4.7 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.4.8 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.4.9 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.4.10 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.4.11 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.4.12 Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá apresentar a documentação a seguir relacionada.

9.5. A contratada deverá comprovar conter ainda os documentos a seguir relacionados:

9.5.1 Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

9.5.2 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.5.3 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

10.1. A contratada deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e em sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do fornecimento, nos termos pactuados.

10.2. Efetuar a entrega dos Pneus novos de primeiro uso e óleos lubrificantes em perfeitas condições, conforme especificações técnicas, quantidades, prazos e locais definidos neste Termo de Referência, na proposta apresentada e nas respectivas ordens de fornecimento.

10.3. Apresentar, no ato da entrega, a respectiva nota fiscal eletrônica, com identificação clara dos itens fornecidos, incluindo marca, modelo, unidade de medida e demais informações necessárias à conferência e aceitação do material.

10.4. Responder integralmente por eventuais vícios, defeitos ou não conformidades nos materiais/equipamentos fornecidos, nos termos dos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), devendo providenciar, às suas expensas, a substituição ou correção no prazo máximo fixado pela Administração.

10.5. Proceder à substituição ou correção, às suas expensas e no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, de quaisquer materiais/equipamentos entregues com defeitos, avarias, em desacordo com as especificações ou que apresentem falhas técnicas detectadas durante o recebimento ou uso.

10.6. Comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data prevista para entrega, a existência de qualquer fato impeditivo que inviabilize o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando justificativa acompanhada de documentos comprobatórios.

10.7. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas.

10.8. Indicar preposto formalmente designado para representá-la junto à Administração, com poderes para acompanhar, responder e tomar decisões quanto à execução do contrato, inclusive para fins de recebimento de comunicações oficiais e atendimento de diligências.

10.9. Observar, no fornecimento dos materiais, as boas práticas de armazenagem, transporte e manuseio, de modo a garantir a integridade física, funcionalidade e conformidade técnica dos produtos entregues.

10.10. Arcar com todas as despesas relacionadas ao fornecimento dos materiais/equipamentos, incluindo custos com embalagem, transporte, seguro, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários (quando aplicáveis), bem como com eventuais danos causados a terceiros em decorrência de falhas de sua responsabilidade.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Receber os materiais fornecidos pela Contratada, observando os prazos, condições, especificações e locais definidos no Termo de Referência, na proposta da contratada e nas ordens de fornecimento emitidas.

11.2. Proceder à conferência quantitativa e qualitativa dos bens entregues, verificando a conformidade com as especificações contratuais e registrando o recebimento provisório e, posteriormente, o definitivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

11.3. Comunicar formalmente à Contratada, no menor prazo possível, a constatação de irregularidades, vícios, defeitos ou desconformidades nos materiais entregues, solicitando, quando cabível, a substituição ou correção nos termos pactuados.

11.4. Designar servidor(es) ou comissão responsável para acompanhar, fiscalizar e atestar o recebimento dos materiais, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documentos específicos os atos de fiscalização.

11.5. Efetuar o pagamento à Contratada pelos materiais efetivamente entregues, conferidos e recebidos de forma definitiva, observando os prazos, valores e condições estabelecidos no Edital, neste Termo de Referência e na nota de empenho.

11.6. Não se responsabilizar por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, inclusive em relação a seus fornecedores, transportadores ou subcontratados, bem como por eventuais danos causados a terceiros em decorrência de atos ou omissões da Contratada, de seus empregados, prepostos ou representantes.

11.7. Reservar-se o direito, por meio da Secretaria Municipal de Administração, de paralisar, suspender ou cancelar o fornecimento, parcial ou integralmente, sempre que identificada qualquer infração contratual, descumprimento das normas legais aplicáveis ou por motivo de interesse público devidamente justificado.

12. PRAZO DE VIGÊNCIA

12.1. A Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação terá vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação na Imprensa Oficial, nos termos do §3º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada por igual período, mediante justificativa da vantajosidade para a Administração e desde que devidamente formalizada;

13. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;
- d) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E);

14. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 6.6. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto nº 11.462, de 2023.

15. ESTIMATIVA DE VALOR

15.1. A estimativa de valor para a presente contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando-se a média dos valores praticados no mercado, registros de atas vigentes e contratações similares realizadas por outros entes públicos, compatíveis com o objeto ora licitado.

15.2. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 1.341.646,01 (um milhão trezentos e quarenta e um mil seiscentos e quarenta e seis reais e um centavos)**, correspondente ao somatório dos itens constantes na planilha de composição de preços, anexa a este Termo de Referência.

15.3. Ressalta-se que, por se tratar de contratação sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), o valor estimado não representa compromisso de contratação integral pela Administração, mas serve apenas como parâmetro máximo para os registros, conforme previsão do §4º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

15.4. A contratação será formalizada de forma parcelada, conforme demanda, e condicionada à emissão da respectiva Ordem de Fornecimento pela Administração.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 0701 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Função: 04 Administração

Sub Função: 122 Administração Geral

Programa: 0002 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO

Ação: 2005 MANUTENÇÃO E USO DE FROTA VEICULAR

Natureza de Despesas: 33903000 Material de Consumo

Fonte: 15010000 Recurso não Vinculados de Impostos

17. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

17.1. No cumprimento do objeto contratual, recomenda-se que a empresa contratada adote práticas sustentáveis, sempre que tecnicamente viável e sem prejuízo da qualidade dos materiais fornecidos, priorizando produtos acondicionados em embalagens com menor impacto ambiental, tais como aquelas fabricadas com materiais recicláveis, reciclados, biodegradáveis ou reutilizáveis.

17.2. Os veículos utilizados para transporte e entrega dos materiais deverão estar com a manutenção preventiva regular em dia, e recomenda-se que sejam abastecidos com combustíveis menos poluentes, como etanol, biodiesel ou gasolina aditivada com redutores de emissão, de modo a contribuir com a redução de gases de efeito estufa e de poluentes atmosféricos.

17.3. Tais práticas são incentivadas como diretrizes de sustentabilidade ambiental, em conformidade com os princípios da eficiência, da responsabilidade socioambiental e do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 5º, inciso XII, e do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser integradas às ações da Administração com foco na adoção de políticas públicas sustentáveis.

17.4. A adoção de práticas ambientalmente responsáveis poderá ser considerada, a critério da Administração, como fator de destaque positivo na avaliação de desempenho da contratada, com vistas a fomentar a sustentabilidade na cadeia de suprimentos e estimular a evolução contínua dos padrões de responsabilidade ambiental nos contratos administrativos.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. A contratada estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, nos termos do Capítulo VII da Lei nº 14.133/2021, bem como do Regulamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, nos casos de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, ou na prática de atos ilícitos que prejudiquem a Administração Pública.

18.2. O inadimplemento, total ou parcial, das obrigações contratuais, sem justificativa aceita pela Administração, poderá ensejar a aplicação das sanções abaixo elencadas, garantidos o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal:

- a) Advertência, por escrito, nos casos de infrações formais ou de menor gravidade que não causem prejuízo relevante à Administração;
- b) Multa, conforme valores, percentuais e hipóteses definidas no Edital e no instrumento contratual, podendo ser compensada com valores eventualmente devidos pela Administração;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do ente federativo contratante, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, quando a contratada:

- deixar de celebrar o contrato injustificadamente;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- não entregar o objeto;
- apresentar documentação falsa;
- cometer fraude na execução;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer falhas que causem prejuízo ao erário.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em âmbito nacional, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infrações gravíssimas que comprometam a idoneidade da empresa, nos termos do art. 156, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

18.3. As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” serão aplicadas por autoridade competente, mediante processo administrativo específico, com observância do contraditório e da ampla defesa, conforme determina o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

18.4. A aplicação de quaisquer das sanções não exime a contratada da obrigação de reparar os danos causados à Administração ou a terceiros, inclusive aqueles decorrentes de condutas culposas ou dolosas.

18.5. O pagamento da multa, isoladamente ou de forma cumulativa com outras penalidades, não afasta a possibilidade de aplicação de outras sanções cabíveis.

18.6. As sanções aplicadas serão devidamente registradas no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores ou em sistema equivalente adotado pelo Município, com vistas à transparência, controle e cumprimento das disposições legais, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

19.1. As informações constantes deste Termo de Referência, relativas à Contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo, parcelado e sob demanda de pneus novos (primeiro uso) e óleos lubrificantes automotivos, destinados a garantir a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, pesados e máquinas vinculadas às diversas Secretarias da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Lauro de Freitas/BA, deverá ser mantido sob sigilo até a data e hora de abertura da sessão pública, conforme previsto no art. 24, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

19.2. As condições estabelecidas neste Termo de Referência serão complementadas e detalhadas no Edital de licitação, na Ata de Registro de Preços e, quando for o caso, nos instrumentos contratuais ou nas ordens de fornecimento, que regerão a execução do objeto, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Federal nº 11.462/2023 e com as demais normas aplicáveis às contratações públicas.

19.3. A execução do fornecimento deverá observar os princípios que regem a Administração Pública, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, bem como os princípios da responsabilidade social e da sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Lauro de Freitas, 20 de fevereiro 2026

Técnico Responsável: Eliene Carvalho Sales
Matrícula: 125216



AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente dos artigos 7º e 40, **AUTORIZO** o Setor competente a dar prosseguimento à instrução do processo, adotando todas as providências administrativas necessárias à deflagração da fase interna no certame, com base nas informações, justificativas e elementos técnicos constantes deste Termo de Referência.

A instrução deverá observar integralmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e do julgamento objetivo, assegurando a estrita conformidade com o interesse público.

Lauro de Freitas/BA, 20 de fevereiro de 2026.

TASSIO LIMA MUNIZ AZEVEDO

Secretário de Administração



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Anexo I – Termo de Referência
ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

LOTE 01 – PNEUS NOVOS(PRIMEIRO USO) – VEICULOS LEVES E UTILITÁRIOS					
TEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE (TOTAL)	MÉDIA UNITÁRIA (R\$)	MÉDIA MENSAL (R\$)
01	PNEU 165/70 R 14 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	8	R\$ 647,58	R\$ 5.180,64
02	PNEU 175/70 R 14 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	48	R\$ 719,07	R\$ 34.515,36
03	PNEU 185/65 R 14 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO	UND	8	R\$ 511,70	R\$ 4.093,60
04	PNEU 205/75 R 15 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	8	R\$ 1.034,98	R\$ 8.279,84
05	PNEU 225/70 R15 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	24	R\$ 901,23	R\$ 21.629,52
06	PNEU 185/60 R 15 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	8	R\$ 573,58	R\$ 4.588,64



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

07	PNEU 185/65 R 15 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	32	R\$ 570,62	R\$ 18.259,84
08	PNEU 205/60 R 15 , CARGO MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	8	R\$ 648,23	R\$ 5.185,84
09	PNEU 195/55 R 16 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	8	R\$ 647,35	R\$ 5.178,80
10	PNEU 195/60 R 16 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	16	R\$ 619,67	R\$ 9.914,72
11	PNEU 215/65 R 16 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO	UND	8	R\$ 991,17	R\$ 7.929,36
12	PNEU 225/65 R 16 , CARGO MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	64	R\$ 861,82	R\$ 55.156,48
13	PNEU 245/70 R 16 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	8	R\$ 1.046,04	R\$ 8.368,32
14	PNEU 225/70 R 16 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	8	R\$ 1.224,00	R\$ 9.792,00
15	PNEU 225/75 R 16 CARGO , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	8	R\$ 1.145,85	R\$ 9.166,80
16	PNEU 255/70 R 16 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	8	R\$ 935,11	R\$ 7.480,88



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

17	PNEU 225/70 R17 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	8	R\$ 2.121,24	R\$ 16.969,92
VALOR TOTAL LOTE 01: R\$ 231.690,56					

LOTE 02 – PNEUS NOVOS (PRIMEIRO USO) – VEICULOS PESADOS E MÁQUINAS					
TEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE (TOTAL)	MÉDIA UNITÁRIA (R\$)	MÉDIA MENSAL (R\$)
01	PNEU, 900 X 20 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO	UND	12	R\$ 3.501,47	R\$ 42.017,64
02	PNEU 215/75 R 17.5 CARGO , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	108	R\$ 1.345,87	R\$ 145.353,96
03	PNEU 275/80 R 22.5 CARGO , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	24	R\$ 5.226,80	R\$ 125.443,20
04	PNEU 7.50 X 16 CARGO , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	12	R\$ 1.958,80	R\$ 23.505,60
05	PNEU 12 X 16.5 CARGO , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	24	R\$ 2.696,73	R\$ 64.721,52
06	PNEU 10 X 16.5 CARGO , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	8	R\$ 1.562,99	R\$ 12.503,92



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

07	PNEU 17.5 – 25 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	8	R\$ 11.718,13	R\$ 93.745,04
08	PNEU 1400 X 24 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	8	R\$ 7.714,41	R\$ 61.715,28
09	PNEU 16.9-24 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE 14 REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	4	R\$ 8.944,13	R\$ 35.776,52
10	PNEU 12.5 80 CARGO , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	4	R\$ 7.275,97	R\$ 29.103,88
VALOR TOTAL LOTE 01: R\$ 633.886,56					

LOTE 03 – PNEUS NOVOS (PRIMEIRO USO) - MOTOS					
TEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE (TOTAL)	MÉDIA UNITÁRIA (R\$)	MÉDIA MENSAL (R\$)
01	PNEU 120 80 – 18 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO	UND	10	R\$ 672,73	R\$ 6.727,30
02	PNEU 90 90 – 21 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	10	R\$ 531,03	R\$ 5.310,30
03	PNEU 90 90-19 , MATERIAL CARÇAÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO	UND	20	R\$ 589,73	R\$ 11.794,60



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

04	PNEU 110 90-17, MATERIAL CARÇA: LONA POLIÉSTER. MATERIAL BANDA RODAGEM: BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL FLANCOS: MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO.	UND	20	R\$ 580,47	R\$ 11.609,40
VALOR TOTAL LOTE 03: R\$ 35.441,60					

LOTE 04 – ÓLEOS E LUBRIFICANTES					
Item	Descrição	Unid	Qtde (Total)	Média Unitária (R\$)	Média Mensal (R\$)
01	ÓLEO 20W50 MINERAL API SL CAIXA COM 24X1 LITRO.	CX	3	R\$ 1.113,85	R\$ 3.341,55
02	ÓLEO 15W40 MINERAL CI-4 TAMBOR 200 LITROS	UND	6	R\$ 6.346,58	R\$ 38.079,48
03	ÓLEO 5W30 SINTETICO SN CAIXA COM 24 UNID. 1 LITRO ALCOOL/GASOLINA	CX	7	R\$ 1.401,04	R\$ 9.807,28
04	ÓLEO HIDRAULICO 68 HYDRA TAMBOR COM 200 LITROS	UND	4	R\$ 6.227,77	R\$ 24.911,08
05	ÓLEO 90 CAMBIO GL5 / DIFERENCIAL TAMBOR COM 200 LITROS	UND	2	R\$ 9.062,49	R\$ 18.124,98
06	ÓLEO 140 CAMBIO/DIFERENCIAL TAMBOR DE 200 LITROS	UND	2	R\$ 8.871,41	R\$ 17.742,82
07	ÓLEO 80W CAMBIO/ DIFERENCIAL BALDE DE 20 LITROS	UND	2	R\$ 995,16	R\$ 1.990,32
08	ÓLEO DOIS TEMPOS ESSENCIAL CAIXA COM 40 UNID. DE 500ML	CX	35	R\$ 1.332,83	R\$ 46.649,05
09	ADITIVO RADIADOR CONCENTRADO CAIXA 20UNID. 1 LITRO	CX	6	R\$ 578,40	R\$ 3.470,40
10	ÓLEO ATF-TA DIREÇÃO HIDRAULICO CAIXA 24UNID. 1 LITRO	CX	3	R\$ 1.414,03	R\$ 4.242,09
11	FLUIDO FREIO DOT CAIXA COM 40 UNID. DE 500 ML	CX	6	R\$ 918,90	R\$ 5.513,40
12	ÓLEO DE MOTO 4T SAE 10W30 API-SL JASO MA SEMI-SINTETICO CAIXA COM 24UNID 1LITRO	CX	6	R\$ 1.106,72	R\$ 6.640,32



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

13	ÓLEO ATF-TDX CAMBIO/TRANSMISSÃO BALDE 20 LITROS	UND	3	R\$ 2.063,31	R\$ 6.189,93
14	ARLA 32 REDUTOR POLUIÇÃO BALDE 20 LITROS	UND	10	R\$ 348,41	R\$ 3.484,10
15	ÓLEO ISO VG M68 HV BALDE DE 20 LITROS	UND	2	R\$ 1.128,90	R\$ 2.257,80
16	ÓLEO WB 101 10W30 BALDE DE 20LITROS	UND	15	R\$ 1.112,90	R\$ 16.693,50
17	ÓLEO SUV 5W30 DIESEL TAMBOR DE 200 LITROS	UND	3	R\$ 12.532,06	R\$ 37.596,18
18	GRAXA CHASSIS 2 BASE DE SABÃO DE CALCIO BALDE 20 KG	BL	8	R\$ 835,15	R\$ 6.681,20
19	ÓLEO TRANSM. AT 102 BALDE 20 LITROS	BL	10	R\$ 7.093,99	R\$ 70.939,90
20	ÓLEO 5W30 DIESEL SINTETICO BALDE DE 20 LITROS	BL	31	R\$ 1.315,94	R\$ 40.794,14
21	ÓLEO 75W80 BALDE DE 20 LITROS	BL	4	R\$ 824,94	R\$ 3.299,76
22	ÓLEO SAE 90 BALDE DE 20 LITROS	BL	4	R\$ 1.092,42	R\$ 4.369,68
23	ÓLEO 75W90 BALDE DE 20 LITROS	BL	4	R\$ 898,87	R\$ 3.595,48
24	ÓLEO 80W90 BALDE DE 20 LITROS	BL	10	R\$ 1.912,11	R\$ 19.121,10
25	ÓLEO 10W40 DIESEL TAMBOR 200 LITROS	UND	2	R\$ 11.288,32	R\$ 22.576,64
26	ÓLEO 10W30 BALDE 20 LITROS	BL	2	R\$ 1.025,40	R\$ 2.050,80
27	ÓLEO 80W140 BALDE 20 LITROS	BL	2	R\$ 1.896,68	R\$ 3.793,36
28	ARREFECIMENTO DO MOTOR BALDE 20 LITROS	BL	10	R\$ 710,62	R\$ 7.106,20
29	ÓLEO 5W40 CAIXA COM 24 UND, 1 LITRO	CX	3	R\$ 1.324,89	R\$ 3.974,67
30	ÓLEO 0W20 CAIXA COM 24 UND, 1 LITRO	CX	4	R\$ 1.397,52	R\$ 5.590,08
VALOR TOTAL LOTE 04: R\$ 440.627,29					
VALOR TOTAL R\$ 1.341.646,01 (Um milhão trezentos e quarenta e um mil seiscentos e quarenta e seis reais e um centavos.					



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

LAURO DE FREITAS/BA, _____ de _____ de _____.

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO

ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

DADOS DA LICITAÇÃO					
PREGÃO Nº	PROCESSO Nº			OBJETO	
DADOS DA EMPRESA					
RAZÃO SOCIAL					
CNPJ			INSCRIÇÃO ESTADUAL		
ENDEREÇO					
TELEFONE			E-MAIL		
DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO					
NOME					
RG		ÓRGÃO EXPEDIDOR		CPF	
DETALHAMENTO DO LOTE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

OBSERVAÇÕES:

1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº xxxx/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, o **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA**, sob o nº **13.927.819/0001-40**, com sede no Centro Administrativo de Lauro de Freitas – CALF, situado na **Avenida Brigadeiro Alberto Costa Matos, S/N, ARACUI, Lauro de Freitas/BA, CEP:42.702-010**, a seguir denominada simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado pela Sra. _____, brasileira, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº _____, nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025**, e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026, realizado por meio do processo administrativo nº **23697/2025**, homologado em _____ e publicado no Diário Oficial do Município de LAURO DE FREITAS/BA nº ____ de _____, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo, parcelado e sob demanda de pneus novos (primeiro uso) e óleos lubrificantes automotivos, destinados a garantir a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, pesados e máquinas vinculadas às diversas Secretarias da Administração Pública do Município de Lauro de Freitas/BA.

DADOS DA EMPRESA					
RAZÃO SOCIAL					
CNPJ			INSCRIÇÃO ESTADUAL		
ENDEREÇO					
TELEFONE			EMAIL		
BANCO (NOME/Nº)		AGÊNCIA Nº		CONTA CORRENTE Nº	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL					
NOME			CPF		
DETALHAMENTO DO LOTE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



VALOR TOTAL R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O Registro de Preços terá duração de 12 (doze) meses contados a partir da data de publicação da Ata na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade.

Parágrafo Primeiro – A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

- a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;
- b) demonstração de que o valor da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação

Parágrafo Segundo – O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE EXECUÇÃO

3.1 A prestação dos serviços objeto do presente Termo de Referência será executada de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço pela Administração, de acordo com as necessidades das unidades gestoras, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, observadas as condições e prazos estabelecidos neste documento e no edital licitatório.

3.2. A Administração não se obriga a contratar a totalidade dos quantitativos registrados, conforme previsto no art. 82, §1º, da Lei nº 14.133/2021, podendo convocar os fornecedores registrados nas hipóteses e condições ali disciplinadas, sempre observada a vantajosidade e o interesse público.

Parágrafo único – Cada Ordem de Execução conterá, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do(s) bem(ens);
- c) o local de entrega e hora;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;
- g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do Recebimento dos Materiais/Equipamentos

4.1. Os materiais/equipamentos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária e imediata, no ato da entrega, pelo servidor designado para o acompanhamento e fiscalização, mediante conferência da nota fiscal (ou documento equivalente), observando-se a compatibilidade com os quantitativos solicitados e o atendimento às especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada.

4.2. O recebimento provisório tem por finalidade o registro da entrega física, sem prejuízo da verificação técnica posterior, quanto à qualidade, marca, modelo, funcionamento e demais exigências previstas.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

4.3. Os materiais/equipamentos entregues em desacordo com as especificações exigidas poderão ser rejeitados total ou parcialmente, mesmo antes do recebimento provisório, devendo a contratada providenciar a substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da notificação formal, sem ônus adicional para a Administração.

4.4. O recebimento definitivo será formalizado em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente, mediante verificação da conformidade dos materiais/equipamentos entregues quanto à quantidade, qualidade, especificações técnicas e condições pactuadas, com emissão de termo de recebimento definitivo.

4.5. O prazo referido no item anterior poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante justificativa formal, nos casos em que se façam necessárias diligências complementares para aferição das condições contratuais ou regularização de inconformidades.

4.6. Ocorrendo controvérsias sobre as condições de fornecimento – como quantidade, qualidade, integridade ou compatibilidade técnica dos materiais/equipamentos – deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, permitindo-se a emissão de nota fiscal apenas quanto à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento proporcional.

4.7. O prazo para o recebimento definitivo será suspenso enquanto pendente a correção de falhas ou inconsistências decorrentes da entrega dos materiais/equipamentos ou da documentação fiscal, devendo a contratada regularizar a situação no menor prazo possível.

4.8. O recebimento, ainda que definitivo, não exime a contratada da responsabilidade técnica e legal pela qualidade, integridade, segurança e adequação dos materiais/equipamentos fornecidos, nem elide a obrigação de responder por eventuais vícios ou defeitos que venham a ser constatados, mesmo posteriormente.

Da Liquidação

4.9. Após o recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para liquidação da despesa, prorrogável por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

4.10. O prazo estabelecido no item anterior será reduzido à metade no caso de contratações de pequeno valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mantida a possibilidade de prorrogação.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou documento equivalente contém os seguintes elementos essenciais:

- a) Prazo de validade;
- b) Data de emissão;
- c) Dados do contrato e do órgão contratante;
- d) Período de execução do contrato correspondente;
- e) Valor a ser pago;
- f) Destaque de retenções tributárias, quando aplicável.

4.11. Caso sejam identificados erros ou omissões na nota fiscal ou circunstâncias impeditivas à liquidação da despesa, a Administração sobrestará o pagamento até que a contratada regularize a situação, reiniciando-se o prazo após a comprovação da correção, sem ônus à Administração.

4.12. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, a ser verificada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, aos sítios eletrônicos oficiais, conforme dispõe o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

4.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

b) Identificar eventuais impedimentos à contratação com o Poder Público, incluindo ocorrências impeditivas indiretas, conforme Instrução Normativa nº 3/2018.

4.14. Constatada alguma irregularidade, a contratada será notificada, por escrito, para que no prazo de até 5 (cinco) dias úteis regularize sua situação ou apresente defesa, sendo facultada uma única prorrogação por igual período, a critério da Administração.

4.15. Caso não haja regularização ou a defesa seja considerada improcedente, o contratante comunicará a inadimplência aos órgãos de controle competentes, podendo adotar medidas para garantir o ressarcimento de eventuais créditos públicos.

4.16. Persistindo a irregularidade, será instaurado o procedimento de rescisão contratual, assegurada à contratada a ampla defesa e o contraditório.

4.17. Enquanto houver prestação regular dos serviços e fornecimento dos bens, os pagamentos permanecerão em curso, até decisão definitiva quanto à rescisão.

Prazo de Pagamento

4.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Forma de Pagamento

4.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente indicada pela contratada.

4.20. Considera-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária pela Administração.

4.21. No momento do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, independentemente do percentual de tributos indicado na planilha de custos apresentada.

4.22. A contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, estará isenta da retenção de tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove documentalmente sua condição no momento do pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto será realizada de forma parcelada e sob demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, com fornecimento dos materiais conforme a necessidade expressa pela Administração, por meio de Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na proposta da licitante vencedora.

5.2. A contratada deverá assegurar a entrega dos materiais solicitados de forma imediata e eficiente, contribuindo diretamente para a continuidade das atividades de manutenção corretiva e preventiva nas unidades da Prefeitura. Os resultados pretendidos deverão ser produzidos desde o início da execução contratual, com o fornecimento regular, pontual e em conformidade com as especificações técnicas dos itens demandados.

5.3. O prazo máximo para entrega dos materiais será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do documento de solicitação formal (Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou similar), salvo prazos específicos definidos em edital para determinados itens.

5.4. O local de entrega padrão será o Departamento de Manutenção – DEMAN, situado na Rua Manoel Silvestre Leite, nº 167, Centro, Lauro de Freitas/BA, ou em outro local que venha a ser expressamente indicado no respectivo documento de solicitação. As entregas deverão ocorrer em dias úteis, no horário comercial (das 9h às 17h).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

5.5. Em caso de eventual impedimento ao cumprimento do prazo estabelecido para entrega, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, informando os motivos e a previsão de regularização. As justificativas serão analisadas à luz da legislação vigente, especialmente quanto à ocorrência de caso fortuito ou força maior, conforme os arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

5.6. Para os itens sujeitos a validade técnica, os produtos entregues deverão apresentar, no momento do recebimento, prazo de validade remanescente não inferior a 12 (doze) meses, salvo disposição diversa constante neste Termo de Referência, edital ou aceitação formal da Administração, com base em justificativa técnica.

5.7. Os materiais fornecidos deverão ser novos (primeiro uso) e em perfeitas condições de uso, isentos de avarias e dentro das normas técnicas aplicáveis, acompanhados, quando couber, de manual de instruções em língua portuguesa e certificado de garantia do fabricante.

5.8. Todos os produtos estarão cobertos pela garantia legal ou contratual, nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), devendo a contratada responsabilizar-se pela substituição, reparo ou ressarcimento, conforme o caso, de materiais entregues com defeito ou em desconformidade com as especificações pactuadas.

5.9. A Administração poderá, a qualquer tempo, avaliar a execução do fornecimento, por meio de registros de conformidade, controle de qualidade e fiscalização técnica, de modo a assegurar que a contratação esteja produzindo os resultados esperados ao longo de toda a sua vigência, conforme preconizado no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

5.10. Toda a comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será realizada preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), utilizando-se os endereços informados pelas partes no ato da contratação, de forma a garantir o registro e a rastreabilidade das informações trocadas. Eventualmente, poderá ser utilizada a comunicação via telefone para tratativas mais imediatas ou urgentes, devendo, sempre que necessário, ser formalizada posteriormente por e-mail, para fins de registro

5.11. A empresa contratada deverá cumprir integralmente as obrigações previstas no edital, em seus anexos e na proposta vencedora, assumindo todos os riscos e encargos inerentes à perfeita execução do objeto. A contratação deverá observar, no que couber, as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto aos direitos, deveres e responsabilidades contratuais.

5.12. O fornecimento dos bens deverá observar, no mínimo, os requisitos de qualidade, segurança, procedência, compatibilidade técnica e conformidade com as normas técnicas pertinentes, conforme estabelecido neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei nº 14.133/2021.

5.13. A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos estipulados para a entrega dos materiais, conforme definido na Ordem de Fornecimento, sendo vedado qualquer atraso injustificado, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação.

5.14. A entrega dos materiais deverá ocorrer independentemente do quantitativo solicitado, não sendo exigido pedido mínimo, de forma a assegurar flexibilidade, economicidade e aderência às necessidades reais da Administração Pública.

5.15. Todos os materiais fornecidos, bem como os procedimentos relativos à entrega, deverão estar em conformidade com a legislação vigente, com as normas técnicas aplicáveis e com as exigências constantes deste Termo de Referência e seus anexos.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

5.16. A proposta comercial apresentada pela licitante deverá conter, de forma clara, precisa e objetiva, a marca, o fabricante, a procedência e as especificações técnicas completas dos materiais ofertados, os quais deverão estar em total conformidade com as exigências técnicas do Anexo I deste Termo de Referência.

5.17. Todos os produtos a serem fornecidos deverão estar em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com as regulamentações do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e com as exigências da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), além de atenderem às demais disposições legais e ambientais aplicáveis, garantindo, assim, a qualidade, a segurança e a sustentabilidade da solução adotada.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. A contratada estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, nos termos do Capítulo VII da Lei nº 14.133/2021, bem como do Regulamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, nos casos de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, ou na prática de atos ilícitos que prejudiquem a Administração Pública.

6.2. O inadimplemento, total ou parcial, das obrigações contratuais, sem justificativa aceita pela Administração, poderá ensejar a aplicação das sanções abaixo elencadas, garantidos o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal:

a) Advertência, por escrito, nos casos de infrações formais ou de menor gravidade que não causem prejuízo relevante à Administração;

b) Multa, conforme valores, percentuais e hipóteses definidas no Edital e no instrumento contratual, podendo ser compensada com valores eventualmente devidos pela Administração;

c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do ente federativo contratante, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, quando a contratada:

- i. deixar de celebrar o contrato injustificadamente;
- ii. não entregar o objeto;
- iii. apresentar documentação falsa;
- iv. cometer fraude na execução;
- v. comportar-se de modo inidôneo ou cometer falhas que causem prejuízo ao erário.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em âmbito nacional, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infrações gravíssimas que comprometam a idoneidade da empresa, nos termos do art. 156, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

6.3. As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” serão aplicadas por autoridade competente, mediante processo administrativo específico, com observância do contraditório e da ampla defesa, conforme determina o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. A aplicação de quaisquer das sanções não exime a contratada da obrigação de reparar os danos causados à Administração ou a terceiros, inclusive aqueles decorrentes de condutas culposas ou dolosas.

6.5. O pagamento da multa, isoladamente ou de forma cumulativa com outras penalidades, não afasta a possibilidade de aplicação de outras sanções cabíveis.

6.6. As sanções aplicadas serão devidamente registradas no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores ou em sistema equivalente adotado pelo Município, com vistas à transparência, controle e cumprimento das disposições legais, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

7.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.7.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.7.3. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.7.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.7.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7.5.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.7.6. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.7.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.7.7. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.7.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.7.9. Por razão de interesse público;

7.7.10. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

8.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____ e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em ____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de _____ de 2026.

ASSINAM	
AUTORIDADE COMPETENTE DO ÓRGÃO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX SECRETARIA DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CPF XXX.XXX.XXX-XX RG XX.XXX.XXX-XX	
PROMITENTE FORNECEDOR	



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO VII
MINUTA DO CONTRATO

Termo de Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como **CONTRATANTE**, e a _____, como **CONTRATADA**, para _____ [prestação de serviços/fornecimento contínuo] na forma abaixo.

O **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 13.927.819/0001-40, com sede no Centro Administrativo de Lauro de Freitas – CALF, situado na **Avenida Brigadeiro Alberto Costa Matos, S/N, ARACUI, Lauro de Freitas/BA, CEP:42.702-010**, neste ato representado pelo **Secretário Municipal de _____, Sra. _____**, brasileiro, portador do RG n.º _____, inscrito no CPF sob n.º _____, nos termos do Decreto Municipal n. 5.445/2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na _____, representada neste ato por seu representante legal _____, denominado **CONTRATADO**, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO Nº 008/2026, realizado por meio do **processo administrativo nº 23697/2025**, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo, parcelado e sob demanda de pneus novos (primeiro uso) e óleos lubrificantes automotivos, destinados a garantir a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, pesados e máquinas vinculadas às diversas Secretarias da Administração Pública do Município de Lauro de Freitas/BA, em atendimento à Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 008/2026), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº **23697/2025**, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

3.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), conforme tabela abaixo:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

DETALHAMENTO DO LOTE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL R\$					

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente indicada pela contratada.
- 4.2. Considera-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária pela Administração.
- 4.3. No momento do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, independentemente do percentual de tributos indicado na planilha de custos apresentada.
- 4.4. A contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, estará isenta da retenção de tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove documentalmente sua condição no momento do pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

- 5.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados anualmente, a contar do orçamento estimado, salvo dispositivo legal que de outro modo discipline a matéria ou no caso de desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual;
- 5.2. Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços contratuais poderão ser reajustados, independentemente de solicitação da Contratada, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, incidindo exclusivamente sobre as parcelas executadas após a data da anualidade.
- 5.3 Para os reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.
- 5.4 Na hipótese de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante efetuará o pagamento com base na última variação oficialmente divulgada, procedendo-se à compensação das diferenças devidas tão logo seja publicado o índice definitivo.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

5.5 Para fins de apuração final do reajuste, será obrigatoriamente utilizado o índice definitivo divulgado pelo órgão oficial competente, ficando vedada a utilização de índices provisórios ou estimados.

5.6 Caso o índice de reajustamento previsto venha a ser extinto ou, por qualquer motivo, não possa mais ser aplicado, será adotado, em substituição, o índice oficial que vier a ser determinado pela legislação vigente.

5.7 Na inexistência de índice legalmente definido para substituição, as partes poderão, de comum acordo, eleger novo índice oficial que reflita a variação efetiva dos custos do serviço contratado, mediante formalização por termo aditivo, observado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

6.1. Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1. A gestão da Ata de Registro de Preços e dos eventuais contratos administrativos dela decorrentes será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração – SECAD.

7.2. A fiscalização da execução do objeto será exercida por servidor(es) ou empregado(s) público(s) formalmente designado(s) como fiscal(is), mediante Portaria específica, podendo ser assistidos por equipe de apoio e, quando necessário, por profissionais ou empresas contratadas para prestar assessoria técnica.

7.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas contratuais, este Termo de Referência, o edital de licitação e a legislação vigente, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.4. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada de forma contínua, desde o início da vigência até o encerramento contratual, sendo exigido o registro formal de todas as ocorrências relevantes em relatório próprio ou sistema eletrônico, com vistas à correta supervisão da entrega dos materiais e ao cumprimento dos prazos estabelecidos.

7.5. A empresa contratada deverá manter preposto, devidamente identificado e aceito pela Administração, com poderes para representá-la junto à fiscalização e para responder de imediato às solicitações relativas à execução do contrato.

7.6. Todos os materiais/equipamentos entregues deverão atender integralmente às especificações exigidas, estando sujeitos à rejeição, substituição ou devolução imediata em caso de vícios, defeitos, falhas técnicas, não conformidade ou incompatibilidade com as exigências contratuais.

7.7. A contratada será obrigada a reparar, corrigir, substituir, reconstruir ou remover, às suas expensas, total ou parcialmente, qualquer item que não atenda às condições pactuadas.

7.8. A contratada será integralmente responsável pelos danos que causar à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto, mesmo que sob fiscalização da Administração.

7.9. A inadimplência da contratada com relação a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transferirá à Administração qualquer responsabilidade por seu adimplemento, tampouco poderá acarretar ônus adicional à execução do contrato, nos termos do § 2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

7.10. DA FISCALIZAÇÃO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

7.10.1. A fiscalização será exercida por 1 (um) ou mais servidores ou empregados públicos designados formalmente por meio de Portaria, podendo ser auxiliados por equipe de apoio e, quando necessário, por terceiros contratados com conhecimento técnico específico.

7.10.2. O(s) fiscal(is) do contrato deverá(ão):

Acompanhar, controlar e supervisionar a execução do objeto;

Verificar a conformidade dos materiais entregues em relação aos quantitativos, especificações técnicas e condições estabelecidas;

Registrar formalmente as ocorrências que afetem o cumprimento das obrigações contratuais;

Emitir pareceres e relatórios, sempre que necessário, para subsidiar a tomada de decisão da autoridade competente;

Requisitar correções, substituições ou adequações, conforme previsto contratualmente.

7.10.3. Caso sejam detectadas irregularidades ou situações que extrapolem a competência do fiscal, estas deverão ser imediatamente comunicadas à autoridade superior, com as devidas recomendações.

7.10.4. Os atos de fiscalização deverão ser documentados e armazenados em meio físico ou eletrônico, garantindo-se a rastreabilidade dos registros e a conformidade com os princípios da administração pública.

7.10.5. A atuação da fiscalização não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela entrega dos materiais conforme pactuado.

CLÁUSULA OITAVA –FORMA DE EXECUÇÃO

8.1. A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 008/2026).

8.2. A execução do objeto será realizada de forma parcelada e sob demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, com fornecimento dos materiais conforme a necessidade expressa pela Administração, por meio de Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na proposta da licitante vencedora.

8.3. A contratada deverá assegurar a entrega dos materiais solicitados de forma imediata e eficiente, contribuindo diretamente para a continuidade das atividades de manutenção corretiva e preventiva nas unidades da Prefeitura. Os resultados pretendidos deverão ser produzidos desde o início da execução contratual, com o fornecimento regular, pontual e em conformidade com as especificações técnicas dos itens demandados.

8.4. O prazo máximo para entrega dos materiais será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do documento de solicitação formal (Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou similar), salvo prazos específicos definidos em edital para determinados itens.

8.5. O local de entrega padrão será o Departamento de Manutenção – DEMAN, situado na Rua Manoel Silvestre Leite, nº 167, Centro, Lauro de Freitas/BA, ou em outro local que venha a ser expressamente indicado no respectivo documento de solicitação. As entregas deverão ocorrer em dias úteis, no horário comercial (das 9h às 17h).

8.6. Em caso de eventual impedimento ao cumprimento do prazo estabelecido para entrega, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, informando os motivos



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

e a previsão de regularização. As justificativas serão analisadas à luz da legislação vigente, especialmente quanto à ocorrência de caso fortuito ou força maior, conforme os arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

8.7. Para os itens sujeitos a validade técnica, os produtos entregues deverão apresentar, no momento do recebimento, prazo de validade remanescente não inferior a 12 (doze) meses, salvo disposição diversa constante neste Termo de Referência, edital ou aceitação formal da Administração, com base em justificativa técnica.

8.8. Os materiais fornecidos deverão ser novos (primeiro uso) e em perfeitas condições de uso, isentos de avarias e dentro das normas técnicas aplicáveis, acompanhados, quando couber, de manual de instruções em língua portuguesa e certificado de garantia do fabricante.

8.9. Todos os produtos estarão cobertos pela garantia legal ou contratual, nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), devendo a contratada responsabilizar-se pela substituição, reparo ou ressarcimento, conforme o caso, de materiais entregues com defeito ou em desconformidade com as especificações pactuadas.

8.10. A Administração poderá, a qualquer tempo, avaliar a execução do fornecimento, por meio de registros de conformidade, controle de qualidade e fiscalização técnica, de modo a assegurar que a contratação esteja produzindo os resultados esperados ao longo de toda a sua vigência, conforme preconizado no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

8.11. Toda a comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será realizada preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), utilizando-se os endereços informados pelas partes no ato da contratação, de forma a garantir o registro e a rastreabilidade das informações trocadas. Eventualmente, poderá ser utilizada a comunicação via telefone para tratativas mais imediatas ou urgentes, devendo, sempre que necessário, ser formalizada posteriormente por e-mail, para fins de registro

8.12. A empresa contratada deverá cumprir integralmente as obrigações previstas no edital, em seus anexos e na proposta vencedora, assumindo todos os riscos e encargos inerentes à perfeita execução do objeto. A contratação deverá observar, no que couber, as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto aos direitos, deveres e responsabilidades contratuais.

8.13. O fornecimento dos bens deverá observar, no mínimo, os requisitos de qualidade, segurança, procedência, compatibilidade técnica e conformidade com as normas técnicas pertinentes, conforme estabelecido neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei nº 14.133/2021.

8.14. A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos estipulados para a entrega dos materiais, conforme definido na Ordem de Fornecimento, sendo vedado qualquer atraso injustificado, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação.

8.15. A entrega dos materiais deverá ocorrer independentemente do quantitativo solicitado, não sendo exigido pedido mínimo, de forma a assegurar flexibilidade, economicidade e aderência às necessidades reais da Administração Pública.

8.16. Todos os materiais fornecidos, bem como os procedimentos relativos à entrega, deverão estar em conformidade com a legislação vigente, com as normas técnicas aplicáveis e com as exigências constantes deste Termo de Referência e seus anexos.

8.17. Os pneus ofertados deverão ser novos, sem uso anterior com certificação do INMETRO, garantia mínima de 90 (noventa) dias a partir da data da entrega; anteriormente a isso devem ter sido armazenados de forma adequada de



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

acordo com as especificações do fabricante, e em hipótese alguma poderão ser remodelados, reconicionados, recauchutados ou recuperados.

8.18. Os produtos fornecidos deverão atender integralmente aos critérios e padrões de qualidade exigidos pelos órgãos reguladores competentes, garantindo a segurança, a durabilidade e a eficiência no uso em veículos e máquinas da frota municipal.

8.19. O produto deverá ter certificado de avaliação de conformidade, emitido por organismo acreditado pelo INMETRO, ostentando a identificação da certificação compulsória aprovada pelo Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade (SBAC), conforme disposto na legislação vigente do INMETRO; Apresentação do código DOT - Semana e ano de fabricação; O produto deverá possuir no máximo 12 (doze) meses de fabricação contado a partir da data da entrega. O fabricante ou importador deve possuir registro junto ao Inmetro e atender as portarias do Inmetro, do Contran e normas ABNT vigentes.

8.20. A licitante deverá apresentar ficha técnica detalhada dos produtos ofertados, contendo informações como composição, especificações técnicas, recomendações de uso, normas atendidas e certificações aplicáveis.

8.21. As embalagens dos produtos deverão conter, de forma clara e legível, as seguintes informações: nome e composição do produto, número do lote, data de fabricação e validade (quando aplicável), identificação do fabricante (nome empresarial, CNPJ e endereço), condições de armazenamento e informações técnicas conforme exigido pela legislação vigente.

8.22. Não serão aceitos laudos técnicos ou certificados de conformidade emitidos há mais de 12 (doze) meses da data da apresentação, salvo se o documento possuir validade expressamente superior e reconhecida pelo órgão emissor.

8.23. Todos os produtos a serem fornecidos deverão estar em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com as regulamentações do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e com as exigências da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), além de atenderem às demais disposições legais e ambientais aplicáveis, garantindo, assim, a qualidade, a segurança e a sustentabilidade da solução adotada.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. O instrumento contratual que vier a ser celebrado durante a validade da Ata de Registro de Preço, poderá ter vigência de até 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, se for de interesse da Administração, conforme Art. 106, da Lei 14.133/2021.

9.2. A duração do contrato poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme Art. 107, da Lei 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A contratada deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e em sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do fornecimento, nos termos pactuados.

10.2. Efetuar a entrega dos Pneus novos de primeiro uso e óleos lubrificantes em perfeitas condições, conforme especificações técnicas, quantidades, prazos e locais definidos neste Termo de Referência, na proposta apresentada e nas respectivas ordens de fornecimento.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

10.3. Apresentar, no ato da entrega, a respectiva nota fiscal eletrônica, com identificação clara dos itens fornecidos, incluindo marca, modelo, unidade de medida e demais informações necessárias à conferência e aceitação do material.

10.4. Responder integralmente por eventuais vícios, defeitos ou não conformidades nos materiais/equipamentos fornecidos, nos termos dos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), devendo providenciar, às suas expensas, a substituição ou correção no prazo máximo fixado pela Administração.

10.5. Proceder à substituição ou correção, às suas expensas e no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, de quaisquer materiais/equipamentos entregues com defeitos, avarias, em desacordo com as especificações ou que apresentem falhas técnicas detectadas durante o recebimento ou uso.

10.6. Comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data prevista para entrega, a existência de qualquer fato impeditivo que inviabilize o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando justificativa acompanhada de documentos comprobatórios.

10.7. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas.

10.8. Indicar preposto formalmente designado para representá-la junto à Administração, com poderes para acompanhar, responder e tomar decisões quanto à execução do contrato, inclusive para fins de recebimento de comunicações oficiais e atendimento de diligências.

10.9. Observar, no fornecimento dos materiais, as boas práticas de armazenagem, transporte e manuseio, de modo a garantir a integridade física, funcionalidade e conformidade técnica dos produtos entregues.

10.10. Arcar com todas as despesas relacionadas ao fornecimento dos materiais/equipamentos, incluindo custos com embalagem, transporte, seguro, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários (quando aplicáveis), bem como com eventuais danos causados a terceiros em decorrência de falhas de sua responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Receber os materiais fornecidos pela Contratada, observando os prazos, condições, especificações e locais definidos no Termo de Referência, na proposta da contratada e nas ordens de fornecimento emitidas.

11.2. Proceder à conferência quantitativa e qualitativa dos bens entregues, verificando a conformidade com as especificações contratuais e registrando o recebimento provisório e, posteriormente, o definitivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Comunicar formalmente à Contratada, no menor prazo possível, a constatação de irregularidades, vícios, defeitos ou desconformidades nos materiais entregues, solicitando, quando cabível, a substituição ou correção nos termos pactuados.

11.4. Designar servidor(es) ou comissão responsável para acompanhar, fiscalizar e atestar o recebimento dos materiais, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, registrando em documentos específicos os atos de fiscalização.

11.5. Efetuar o pagamento à Contratada pelos materiais efetivamente entregues, conferidos e recebidos de forma definitiva, observando os prazos, valores e condições estabelecidos no Edital, neste Termo de Referência e na nota de empenho.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

11.6. Não se responsabilizar por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, inclusive em relação a seus fornecedores, transportadores ou subcontratados, bem como por eventuais danos causados a terceiros em decorrência de atos ou omissões da Contratada, de seus empregados, prepostos ou representantes.

11.7. Reservar-se o direito, por meio da Secretaria Municipal de Administração, de paralisar, suspender ou cancelar o fornecimento, parcial ou integralmente, sempre que identificada qualquer infração contratual, descumprimento das normas legais aplicáveis ou por motivo de interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 0701 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Função: 04 Administração

Sub Função: 122 Administração Geral

Programa: 0002 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO

Ação: 2005 MANUTENÇÃO E USO DE FROTA VEICULAR

Natureza de Despesas: 33903000 Material de Consumo

Fonte: 15010000 Recurso não Vinculados de Impostos

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

13.1. Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

14.1. É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

d) Multa:

(1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;

(2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;

(3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

15.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

15.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

15.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

15.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

15.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

15.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RECURSOS

16.1. A CONTRATADA poderá apresentar:

(a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;

(b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;

(c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– EXTINÇÃO

17.1. CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

18.1. É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta contratação, em qualquer de suas etapas, sob pena de rescisão contratual e demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital.

CLÁUSULA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de LAURO DE FREITAS/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1. O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.2. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de _____ de 2026

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)